

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

NATALIA SAYURI LOURENÇO TAKIMOTO

**O RACISMO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E O
IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA VIVÊNCIA DE
MULHERES NEGRAS**

**FRANCA
2022**

NATALIA SAYURI LOURENÇO TAKIMOTO

**O RACISMO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E O
IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA VIVÊNCIA DE
MULHERES NEGRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade de Ciências Humanas e Sociais “Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Onilda Alves do Carmo

**FRANCA
2022**

T136r

Takimoto, Natalia Sayuri Lourenço

O racismo como expressão da questão social e o impacto do racismo estrutural na vivência de mulheres negras / Natalia Sayuri Lourenço Takimoto. -- Franca, 2022

91 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Serviço Social) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca

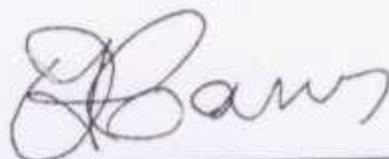
1. mulher negra. 2. questão social. 3. serviço social. 4.
racismo estrutural. 5. vivência. I. Título.

NATALIA SAYURI LOURENÇO TAKIMOTO

O RACISMO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E O IMPACTO DO
RACISMO ESTRUTURAL NA VIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e
Sociais - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP,
Campus de Franca, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

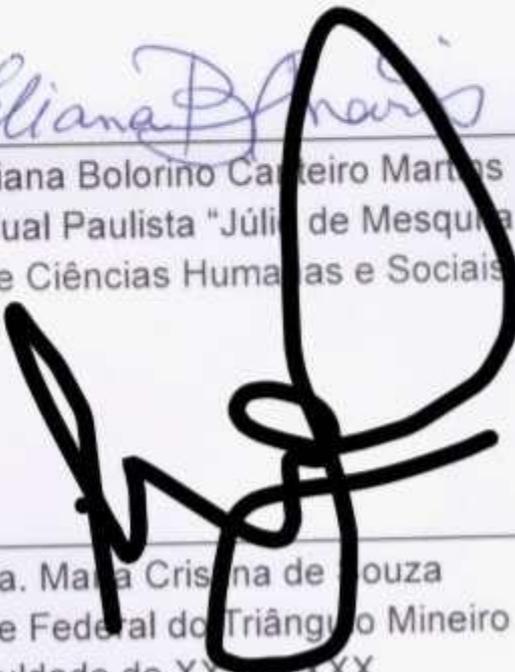
BANCA EXAMINADORA



Orientadora Profª Dra. Onilda Alves do Carmos
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais



Profª Dra. Eliana Bolorino Carneiro Martins
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais



Profª Dra. Maria Cristina de Souza
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Faculdade de XXXXXXXX

Dedico esse trabalho a minha vó Irai Araujo, e a minha mãe Mylena Amaro Lourenço, mulheres pretas potências e referências de luta.

Nós,

Diferente de algumas histórias que ouvimos, eu nunca me descobri negra. Ser uma mulher negra é o que sou e não há realidade diferente dessa que já vivenciei em toda a minha vida. De todos os processos entorno da escolha de viver, a escolha de estudar foi surpreendentemente um dos maiores dos meus desafios. Estudar, sobretudo para pessoas negras é um ato mais que político. É revolucionário.

Mas revolução é um ato coletivo. Não se faz sozinho, nem tão pouco parte de uma ação isolada. A revolução a qual eu faço parte é história de luta, de resistência, mas sobre tudo é história de amor e respeito aos que vieram antes e abriram os caminhos para que os próximos passos possam ser dados.

Aqui, venho agradecer as mulheres que sobretudo como ato de amor abriram os caminhos para que eu pudesse chegar aqui. A minha vó Irai Araujo, mulher negra, que mãe solo de 4, em um mundo onde viver a sua realidade era não mais que heroico, eu deixo minha gratidão eterna por nos amar diante de toda luta, e deixar como legado a importância dos estudos. A minha mãe, mulher negra, mãe solo de dois, que com amor e luta me ensinou a ocupar os espaços que nos foram negados por tanto tempo e com persistência e orgulho de quem somos jamais dar um passo atrás. Quem me ensinou a amar os meus da forma mais genuína, centrada na irmandade.

Agradeço a minha irmã de alma Camila Novaes, que comigo, passou por cada obstáculo e me trouxe o sorriso e amor até onde não cabia. Eu te devo um eterno obrigado por estar do meu lado em todos os momentos, e me dar o privilégio de viver sendo sua companheira e irmã de luta e de vida.

A minha segunda família meu muitíssimo obrigada por ressignificar o sentido de amor, união, força e amizade. Sem vocês me acolhendo, amando e me reerguendo a cada dificuldade, eu não estaria concluindo essa grande etapa da minha vida. Débora Ferreira, Nicole, Juliana Casagrande, Anmallyne, Natalia Cruz, Vanessa Barbosa e Gabriele Marçal obrigado por compartilhar de choros e risadas, e de um lar de amor. É uma alegria enorme, um prazer e um privilégio levar cada uma de vocês para a vida, como amigas e companheiras de luta, que a referência de amor e apoio e acolhimento continue sendo o significado da nossa amizade.

Ao meu irmão, Gabriel Naoki que cuidou do meu lar e da minha família enquanto eu estava fora, e compartilhou amor e irmandade a 435 km, me manteve de pé e me lembrou do meu propósito em todos os momentos de dificuldade, minha gratidão e meu orgulho por quem você é, para mim e para o mundo.

A minha amiga Yasmin Turini, que sempre esteve presente em todos os momentos de alegrias e tristezas e foi meu apoio em todos os anos de amizade.

A toda minha família que me recebeu a cada volta para casa e recarregou minhas energias com muito amor e carinho e meu deu forças para cada retorno.

A todos os pesquisadores negros e negras que vieram antes de mim e abriram o espaço da academia para que eu pudesse chegar aqui, meu muito obrigado. E de mesma intensidade agradeço também a todas as pessoas negras que não compõe ou comporam a academia, por escolha ou falta dela. Mas que escolheram viver em luta e buscar o melhor a cada dia, tenho certeza que mesmo não os conhecendo foram, de alguma forma, inspiração e me ajudaram ou influenciaram com suas histórias de vida a estar aqui. De pé.

A Rosicler, minha supervisora de estágio, eu agradeço pelos ensinamentos de uma atuação profissional crítica e ética. Através de um processo de amor e paciência. Você é e sempre será referência de mulher e profissional.

Ao coletivo Afrontar por me acolher em luta por uma vivência acadêmica menos dolorosa e em comunidade, a qual os ensinamentos eu levo para vida.

Agradeço ao Higor Moreira, meu parceiro de luta cotidiana, que cruzou meu caminho ainda em tempo de me mostrar como a leveza de um caminho a dois é lindo e revolucionário, por me apoiar em todos os momentos desse longo trajeto, e me apresentar como o amor é fonte de cura e base de força para luta dos nossos.

Agradeço a Prof.^a Dra. Onilda Alves do Carmo por me acolher nesse processo de construção e reflexão do conhecimento mais importante que a faculdade me apresentou, a minha realidade. E com tanta paciência e dedicação compôs a luta comigo e me possibilitou a entrega desse trabalho.

Por fim. Levo como inspiração o pensamento de Maria Carolina de Jesus “Se é que existem reencarnações, eu quero voltar sempre preta.”

“E não sou uma mulher?” (Sojourner Truth, 1851)

RESUMO

O presente trabalho busca debater a perpetuação do racismo a partir de vivências de mulheres negras e suas manifestações como expressões da questão social, sob a perspectiva da raça como fundante, transpassadas pelo racismo estrutural.

Resquícios da época colonial ainda rebatem as estruturas sociais do país, não somente pela economia que se fez a partir de tal momento, mas principalmente as relações que a permeiam. Vê-se que estes rastros colonialistas, patriarcais, latifundiários e agroexportadores ainda se mantêm como características bem firmadas do atual cenário socio-político.

A escravidão, em particular, foi um processo histórico que, para além de alicerçar o período colonial, se espalha de maneira expressiva ao longo da história, refletindo e intervindo nas estruturas políticas, econômicas e sociais, atingindo a toda população negra.

Entende-se que esse processo fomentou diversas desigualdades, à medida que promove a opressão racial - derivada do pensamento católico euro centrado, construindo e enraizando um novo conceito chamado racismo.

Com o patriarcalismo, transformou a realidade das mulheres negras escravizadas de forma muito particular: instaurando como herança histórica vestígios na estrutura atual. Tendo como resultante, a criação de uma estrutura opressora a ser desenvolvida ao longo da presente pesquisa.

Tais particularidades herdadas, hoje refletem nas desigualdades e opressões sofridas, conceituadas pelo serviço social como expressões da questão social, demarcadas pelo resultado da contradição capital x trabalho, imposto pelo sistema capitalista. Fazendo-se imprescindível discutir e analisar as raízes deste conceito para, então, traçar caminhos para combater as problemáticas apresentadas.

O trabalho tem por finalidade discutir possibilidades e alternativas, a partir da perspectiva do Serviço Social — se debruçando sob a questão social, sua origem e seus mecanismos de perpetuação. E, de maneira conjunta, ressaltar as

manifestações do racismo estrutural, ao atingir de forma particular as mulheres negras, atribuindo-as uma vivência significativamente específica.

A pesquisa se desdobra sobre o racismo estrutural e seus rebatimentos na vivência de mulheres negras. Trazendo um resgate histórico e uma leitura da atual conjuntura, visando o fomento de uma discussão acerca do conceito de questão social atrelado a raça/etnia, segundo a perspectiva do serviço social e seus fundamentos, objetivando a apreensão e compreensão dos elementos anteriormente citados.

Será usado como metodologia a escrevivência e o materialismo histórico dialético, podendo assim entender os processos e a história das mulheres negras para além de dados estatísticos. Compreendendo as interseccionalidades entre gênero, classe e raça, que estruturam a sociedade atual, e ainda, aprofundando os rebatimentos da herança escravocrata herdada, com a sua centralidade, quando se diz respeito a opressão sofrida.

Palavras-chave: mulher negra - questão social - serviço social - racismo estrutural - vivência.

ABSTRACT

The present work seeks to discuss the perpetuation of racism based on the experiences of black women and their manifestations as expressions of the social issue, from the perspective of race as a foundation, permeated by structural racism.

Remnants of the colonial era still impact the country's social structures, not only because of the economy that was built from that moment on, but mainly the relationships that permeate it. It can be seen that these colonialist, patriarchal, landlord and agro-exporter traces still remain as well-established characteristics of the current socio-political scenario.

Slavery, in particular, was a historical process that, in addition to underpinning the colonial period, spreads significantly throughout history, reflecting and intervening in political, economical and social structures, reaching the entire black population.

It is understood that this process has fostered inequalities, as it promotes racial oppression - derived from Eurocentric Catholic thought, building and rooting a new concept called racism.

Along with patriarchy, it transformed the reality of enslaved black women in a very particular way: establishing historical traces as an inheritance in the current structure. Resulting the creation of an oppressive structure to be developed throughout this research.

Such inherited particularities, today reflect in the inequalities and oppressions suffered, conceptualized by the social service as expressions of the social question, demarcated by the result of inequality capital x work, imposed by the capitalist system. Making yourself essential explore and analyze the roots of this concept to then trace ways to combat the problems achieved.

The purpose of the work is to discuss possibilities and alternatives, from the perspective of Social Work — focusing on the social question, its origin and its negotiation of perpetuation. And, jointly, highlight the manifestations of structural racism, by reaching black women in a particular way, attributing them a significantly specific experience.

The research stood out on structural racism and its repercussions on the experience of black women. Bringing a historical rescue and a reading of the current situation, aiming to promote a discussion about the concept of social issue linked to race/ethnicity, according to the perspective of social work and its foundations, aiming at the apprehension and understanding of the elements mentioned above.

Writing and dialectical historical materialism will be used as a methodology, thus being able to understand the processes and history of black women beyond statistical data. Understanding the intersectionalities between gender, class and race, which structure the current society, and also, deepening the repercussions of the inherited slave heritage, together with its centrality, when it comes to the oppression suffered.

Keywords: black woman - social issues - social service - structural racism - experience

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL E A MULHER NEGRA	16
1.1 RESGATE HISTÓRICO DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NO BRASIL	17
1.2 A SOCIEDADE DE CLASSES E A CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES	24
1.3 UM DEBATE INICIAL SOBRE RACISMO ESTRUTURAL.....	31
2 QUESTÃO SOCIAL: RAÇA, CLASSE E GÊNERO	37
2.1 O DEBATE SOBRE INTERSECCIONALIDADE CONSUBSTANCIALIDADE	44
2.2 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL.....	49
2.3 CAPITALISMO, RAÇA E CLASSE	54
3 A VIVÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS	59
3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	59
3.1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	59
3.1.2 UNIVERSO DE PESQUISA E AMOSTRA.....	64
3.1.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE	67
3.2 AS MULHERES NEGRAS NA LITERATURA ESTUDADA.....	68
3.3 AS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84

INTRODUÇÃO

É visível uma enorme discrepância quanto à realidade da mulher negra comparada às demais mulheres da população brasileira, o que leva ao questionamento sobre a construção social feminina negra e como isto e como o racismo atravessa essa construção. Esse é o desafio desta pesquisa. Para discutir as desigualdades sofridas pelas mulheres negras e entender a funcionalidade das estruturas racistas que as desencadeiam, partimos da construção social do Brasil.

As marcas deixadas na época colonial, ainda rebatem nas estruturas sociais do país, não somente pela economia que se fez a partir de tal momento, mas principalmente nas relações que a permeiam. Vê-se que os rastros colonialistas, patriarcais, latifundiários e agroexportadores ainda se mantêm como características bem firmadas no atual cenário econômico e social.

A escravidão, em particular, foi um processo histórico que além da sustentação durante o período colonial, deixou seus traços bem demarcados ao longo da história, e até esse momento reflete e intervém nas estruturas políticas, econômicas e sociais, atingindo a toda população negra.

Entende-se que esse processo fomentou, cunhou as desigualdades para população negra, e promoveu a opressão racial, assim como o patriarcal. Vivenciado, muito particularmente, pelas mulheres negras escravizadas, assim como a sua herança histórica enraizada na estrutura atual.

Tais particularidades herdadas deste processo histórico, ainda hoje, refletem as desigualdades e opressões sofridas pelas mulheres negras. Estas desigualdades e opressões, se materializam como expressões da questão social, resultado da contradição capital x trabalho, imposta pelo sistema capitalista. É importante discutir a raiz de tal conceito para então, diante disso, traçar caminhos para combatê-la.

Nesse contexto é de extrema importância discutir uma possibilidade alternativa quanto a perspectiva do Serviço Social sob a questão social, sua origem e como ela se reproduz no processo histórico. É preciso perceber e identificar as manifestações do racismo estrutural, e como ele atinge as mulheres e, de forma particular, as mulheres negras. A partir daí, buscar possibilidades que garantam a elas uma vivência com mais justiça, igualdade e liberdade.

Para que isso seja possível é necessário a apreensão do racismo estrutural como elemento fundante da questão social, e uma forma de evidenciá-lo, é dar visibilidade às vivências da mulher negra em suas diversas expressões. Ademais, é importante conhecer a contribuição teórica de autoras/es que produziram obras importantes sobre a questão do racismo e as relações étnico raciais, tais como Silvio de Almeida (2019), Conceição Evaristo (2020), Marcia Eurico (2011), Clóvis Moura (1995), Lelia Gonzales (1988), entre outras/os. Colocar o ano que usei em cada referência

É evidente que, como resposta a uma construção social pautada na supremacia e eugenia branca, as mulheres negras foram direta e violentamente atingidas. É evidente também que as desigualdades sociais advindas da exploração do trabalho, entendidas como questão social, e suas expressões, são processos estabelecidos anteriormente à discussão do Serviço Social, assim como sua construção enquanto profissão. Cabe aos profissionais atuais, enquanto atuantes ou pesquisadores, levantarem a discussão e voltarem o olhar para a questão étnico-racial a partir de uma perspectiva fundante e transversal. Discutindo tal perspectiva através da experiência vivencial de mulheres negras, entendendo suas vivências na sociabilidade atual, e se é possível apreender o racismo estrutural a partir dessas vivências.

O presente trabalho baseia-se na pesquisa bibliográfica preferencialmente de autores negros, haja vista o epistemicídio¹ ocasionado pelo racismo estrutural, quando não, autores com proximidade a questões raciais, marxistas, ou referências do serviço social. Tendo como método o materialismo histórico dialético e a escrevivência (EVARISTO, s/p. 2016) na escrita, conversando com a realidade posta às mulheres negras.

Entendendo que as estruturas influenciam diretamente a realidade, e que o racismo estrutural atravessado essa estrutura e, que a vivência e o cotidiano dessas mulheres são a materialização da realidade, em resposta ao processo histórico posto, é preciso enfatizar a importância desta vivência como conhecimento a ser apreendido pelas/os profissionais Assistentes Sociais.

O primeiro capítulo será um resgate histórico da escravização no Brasil, aprofundando-se principalmente o que se refere à condição das mulheres negras, até

¹ epistemicídio no Brasil remonta ao processo de colonização, ou seja, é uma invisibilidade, uma recusa a produção africana de conhecimento. O epistemicídio é a representação do racismo na produção intelectual, responsável por negar a capacidade dos povos não brancos de produzir saber.

o momento do aparecimento da sociedade de classes, evidenciando, assim, a construção e o aprofundamento das desigualdades raciais e patriarcais. Além da discussão inicial sobre a construção do racismo estrutural.

No segundo capítulo será feita a discussão sobre os elementos fundantes da questão social, evidenciado a raça como, fundamentalmente, importante nesse debate, tendo presente a sociabilidade capitalista. A teoria crítica, presente na produção de conhecimento do Serviço Social, contribui para o debate dos conceitos de raça e classe.

No terceiro capítulo terá como foco o debate sobre interseccionalidade, racismo estrutural e o rebatimento na vivência das mulheres negras. Por fim, será abordada a perspectiva atual do Serviço Social e a realidade atual das mulheres negras.

1. O PROCESSO DE ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL E A MULHER NEGRA

A sociedade brasileira é fruto da violência, da violência física, moral e sexual, do sequestro e apagamento histórico, da negação da humanidade e direitos mínimos, marcada pela eliminação simbólica e/ou física, da população negra. Usada a partir da força, sua exploração do trabalho para não só geração de riquezas como a construção de um país por uma alvenaria racista. Como afirmou W. E. B. DuBois (1969) a escravização foi “o drama mais espetacular dos últimos mil anos da história da humanidade (...) uma tragédia que fazia a Grécia parecer mesquinha” (DuBois, pg.727. 1969).

Tendo como base o sequestro de cerca de 12,5 milhões de negros e negras, que totalizaram em média um terço do continente africano, trazidos e mantidos em condições sub-humanas por cerca de três séculos, tornando-se assim o país que mais aportaram homens e mulheres para ser escravizados. Criando um espaço de não ser, onde tudo era permitido. É pertinente o questionamento, "Quantas Áfricas não se realizaram historicamente nas experiências de homens e mulheres que foram obrigados a deixar seus lugares de origem e a reconstruir seus mundos além mar?" Lara (s/p., 2000).

No Brasil a escravatura foi marcada por dois grandes momentos, o escravismo pleno de 1500 a 1850 e posteriormente o escravismo tardio de 1858 a 1888, tendo fim com a sua abolição. Marcado em 1831 a abolição do tráfico transatlântico, que não impediu sua continuação por formas secundárias e clandestinas. Mintz e Price (2003) defendiam que o impacto do tráfico atlântico havia sido capaz de destruir identidades pré-existentes, enfatizando a importância de uma nova cultura afro-americana, cujas sementes teriam sido lançadas nos porões dos navios negreiros. “O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental. Recebeu quase 5 milhões de escravizados africanos. E foi o que mais demorou a acabar com o tráfico negreiro, com a Lei Eusébio de Queirós em 1850” (Gomes, s/p. 2021). Com um período colonial caracterizado pela exploração escravagista, uma metrópole católica, pobre, de baixa densidade, nascida em pequeno território, com estratégia de povoamento.

Os escravizados viviam o paradoxo entre coisa e pessoa. No direito civil não eram considerados pessoas e nem sujeitos de direito, enquanto para efeitos penais era

considerado humano na posição de réu e coisa na posição de vítima. O escravizado era apenas um *corpo*, um *corpo moeda*, um *corpo objeto*, um *corpo mercadoria*. Negligenciados e apagamos individualmente, agora tidos como africanos escravizados, com identidade meramente continental. Com particularidade as mulheres negras que também foram *corpo* reprodutor e *corpo* sexual. Nesse contexto é construído e estabelecido pela primeira vez um sistema plenamente difundido, enraizado e muito bem construído no Brasil, o racismo, fator constituinte da escravidão e posteriormente da sociedade brasileira.

1.1 RESGATE HISTÓRICO DA ESCRAVIZAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Nos tumbeiros², nos longos dias entre África e Brasil, cerca de trezentos a quinhentos africanos eram trazidos por embarcação, com uma viagem que durava de trinta e cinco a sessenta dias em média, a depender do destino. Acorrentados durante todo o percurso, nos porões escuros, em condições subumanas, homens, mulheres, adultos e crianças, iniciavam assim a escravização de seus corpos. Se estabelecendo como atividade lucrativa.

As mulheres, mesmo antes de embarcarem, já sofriam dupla violência por serem separadas de seus filhos nos portos, já que não eram trazidas muitas crianças, mas as que vinham tinham um pequeno acalanto de distração com as abayomis³, feitas por elas durante a viagem.

..mães e filhos eram separados e os filhos ficavam para trás, porque crianças muito pequenas não eram rentáveis. Quando eram trazidas, as crianças já tinham por volta dos 8 anos, constituindo força de trabalho. Essas, sim, eram até mesmo procuradas” (Rezende, s/p. 2021)

No percurso já havia resistências por parte dos africanos, que se davam entre pequenas rebeliões, ou o suicídio ao se jogarem ao mar. Eram jogados ao mar

² Tumbeiro era o nome dado a um tipo de navio, de pequeno porte, que fazia o tráfico de escravos da África para o Brasil, na época de sua colonização. Eram assim chamados, pois no trajeto, metade dos viajantes morriam, devido às péssimas condições. O termo **tumbeiro**, vem de tumba.

³ Abayomi, de origem iorubá, são pequenas bonecas feitas de retalhos, na época escravagista, feita de retalhos das saias das mulheres e cordas amarradas com nós.

também os corpos que não sobreviveram às condições do percurso, já que os surtos de varíola e sarampo eram comuns por conta das péssimas condições.

Saíram da África 12 milhões e meio de seres humanos. Chegaram 10 milhões e 700 mil. Morreram na travessia 1 milhão e 800 mil pessoas. Se dividir isso pelo número de dias, dá 14 cadáveres, em média, lançados ao mar todos os dias ao longo de 350 anos. Um número tão alto que, segundo depoimentos da época, isso mudou o comportamento dos cardumes de tubarões no Oceano Atlântico, que passaram a seguir os navios negreiros (Laurentino Gomes, s/p. 2019).

Assim que chegavam em terra, os africanos, tinham sua existência ressignificada a meras mercadorias, vendidos ou alugados nos portos por meio de lances, ou negociação de seus futuros senhores proprietários de engenhos. Os escravizados perdiam até mesmo o direito de ter um nome, no mercado tinham o nome de peça, era observado no momento da compra a rigidez de seus músculos, dentes, olhos, ouvidos, e partes íntimas, a fim de verificar possíveis doenças. O valor da compra era alto, e dependia das condições físicas, porém era recuperado pelos senhores em média com 16 semanas de trabalho, com a mão de obra escrava. Na venda de mulheres, sobretudo nos anúncios, era comum colocar a cor da pele, com preferências de pele clara, adjetivos como dóceis, e era valorizada a pouca idade.

Vende-se uma escrava parda, cozinheira, costureira, engomadeira e rapariga. Quem a quiser comprar procure na rua da Igreja nº 25, à direita, na esquina dos Pecados Mortais (trecho da atual Bento Martins); “Quem quiser comprar uma molequinha nova (escravacriança) cozinha o ordinário. Quem pretender comprar dirija-se a rua do Arvoredo a casa nº 13 e ali achará com quem tratar (*O Diário de Porto Alegre, 1881*).

Nas fazendas os trabalhos desempenhados eram na lavoura, na plantação de cana-de-açúcar, além de outros alimentos como mandioca, leguminosas, e frutas, cuidado com os animais, e outras economias. O cotidiano era marcado por violências físicas diárias, como forma de castigo e trabalho árduo até a exaustão, pouca comida e água e péssimas condições nas senzalas, onde dormiam.

As mulheres tinham algumas peculiaridades, além do trabalho na lavoura, desempenhavam trabalhos domésticos na casa grande. No resumo de seu texto, Dias

(2012, p.360) salienta que as escravas afastadas de suas redes familiares naturais tiveram que se adaptar as condições de vida precária, maus-tratos, submissão, entre outras violências, durante o sistema escravista. Para estas mulheres era fundamental: força, inteligência e rebeldia.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. E exerciam duplamente lucro aos senhores por gestarem futuros escravizados (Davis, p.25. 2013)

Não havia diferenciação quanto a quantidade de trabalho, nem mesmo grávidas ou com crianças de colo, que eram levadas à lavoura juntamente de suas mães.

As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com “insolência” contra o tratamento recebido (Davis, p.27. 2013)

A representação da mulher negra na época escravagista, se deu em torno da casa grande e aos seus favores, como cozinheiras, amas, mucamas, cuidadoras das casas e. A casa grande que foi o principal instrumento de domesticação dessas mulheres, também desempenhou fundamentalmente a estruturação social patriarcal e hierárquica. Davis (2013) pontua “Embora as mulheres negras desfrutassem de alguns duvidosos benefícios da ideologia da feminilidade, não raro presume-se que a típica escrava era uma trabalhadora doméstica – cozinheira, arrumadeira ou mammy [c]⁴ na “casagrande”.”

⁴ Mammy é como um negro do século XIX pronunciaria a palavra “Mommy” nos estados sulistas americanos. Mammy se refere a mulheres negras, escrava de casa, que tinha os papel de cuidadoras, domésticas e cozinheiras. A imagem e simbologia da Mammy gira em torno de uma mulher negra gorda, com seios grandes “capazes de amamentar todas as crianças brancas”, um lenço pra esconder o cabelo crespo, e uma personalidade forte.

O papel desempenhado pela mulher escravizada perpassa pela relação de dominação não só racial, considerada inferior enquanto negra, como também patriarcal. Que se construiu tanto com os seus senhores, pela hipersexualização e violência sexual, como com suas sinhás pela inferiorização definida pelos padrões da época. O estupro além de satisfação dos seus senhores desempenhou outros três importantes pontos, a estratégia de opressão como manutenção do regime escravocrata, a necessidade política de povoamento, além do cunho lucrativo, como coloca “Cada filho/a nascido/a equivalia uma mercadoria das famílias brancas, mais lucro, cuja mãe negra nem ao menos tinha o direito de experimentar ser genitora” (SANTOS; OLIVEIRA, s/p. 2018). Assim, o estupro foi uma forma de opressão tanto, racial, patriarcal, como econômica.

Mas isso não significa que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (Davis, pg.25, 2016)

O conflito entre as mulheres que geraram filhos, fruto do estupro de seus maridos, eram as mesmas que amamentavam seus filhos e cuidavam de suas casas, estabeleceu-se assim a dominação de classe das mulheres brancas sobre as mulheres negras. Justificado pela ideia de a “imagem da mulher negra justificar o estupro dos homens brancos a elas, durante e após a abolição, sendo tais homens, “vítimas” da sedução do corpo negro.” (SANTOS; OLIVEIRA, s/p, 2018).

Tal dominação, perpetuou a maior representação da mulher negra escravizada, trazida até os dias atuais, da empregada doméstica, no sentido literal da palavra, domesticada. “A figura feminina foi essencial no duplo processo de ocultação e explicitação destas identidades sob o domínio senhorial” (Ferreira, p.3, 2013).

Como podemos ver em diversos exemplos como o de Madalena Gordiano, mulher negra que viveu em condições análogas à escravidão por 30 anos⁵; ou de

⁵ <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/05/12/familia-que-manteve-madalena-gordiano-em-situacao-analoga-a-escravidao-e-denunciada-pelo-mpf-em-patos-de-minas.ghtml>

escravagista. Além disso, a constituição familiar era dificultada pelos senhores por diversas estratégias, para autores como Queiroz, Kátia Mattoso e Kenneth Stamp (1982), frisam as dificuldades para manter a estrutura da família. Os senhores tinham grande poder sobre seus escravizados, o que superava as negociações dos cativos na época. Assim, as famílias escravas eram vulneráveis em várias situações, como: nos momentos de divisão de bens entre aos filhos dos senhores; o estupro das mulheres; a tentativa de aculturação e o distanciamento de suas raízes. Ao fim, a constituição familiar mais recorrente a época era da mãe com seus filhos.

Além da organização social e familiar, houveram também diversas organizações de resistência à escravização e seus senhores, dentre elas estava o aquilombamento, fugas, resgate cultural, e resistência conformativa⁹ No século XIX, se tornará comum os escravizados recorrerem também a leis para lutarem por direitos, já que em determinado momento se consolidou a construção de movimentos coletivos de luta em torno das questões legais. Não houve em nenhum momento aceitação a escravização e submissão aos seus senhores, mas com a luta diária pela sobrevivência, cooperar em alguns casos era a melhor escolha.

...a história tradicional reproduzia os valores estabelecidos na sociedade em que era gerada. Assim, ao longo da história brasileira permaneceu, por certo tempo, a reprodução de uma ideia de que os negros não tinham formas de resistência durante o período colonial e posteriormente a ideia da existência da democracia racial, surgida entre os anos 60, e que é uma questão polêmica até a atualidade. (Silva, pg. 5, 2018).

...a resistência linguística - uso de diversos dialetos característicos de regiões da África, utilizados para insultar os senhores - fato que explica as muitas acusações de injúria e a raiva dos senhores; entoação de canções ancestrais durante as horas de trabalho, a afim de amenizar o serviço pesado, entre outras formas. Algumas dessas mulheres procuravam aprimorar-se nas atividades - algo como especialização do serviço - de forma a se tornarem valiosas dentro da organização das famílias coloniais, assim era mais fácil conquistar alguns "privilégios", como: atuar somente no serviço em que se destacava, amenizar os castigos, entre outros. O apego a religião ancestral também era utilizado como forma de resistir a exploração." (Silva, pg.10, 2018).

⁹ Necessidade e capacidade do escravizado de se adaptar as realidades do cotidiano.

O papel da mulher negra foi de extrema importância no cenário de resistência à escravidão, no comando de organizações de fugas, mocambos, revoltas, como a dos Males, e quilombos como Palmares, o maior e mais conhecido quilombo da época escravagista. O que resultou através da resistência, organizações muito bem consolidadas e luta dos negros escravizados, ganhos graduais na luta pela libertação e fim da escravidão, através das leis abolicionistas, até a sua abolição.

No trabalho escravo as mulheres negras experimentaram a igualdade com os homens, na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação. ...a insubmissão dos/as escravizados/as, durante e na pós-abolição, e aponta como marco o movimento antiescravagista, o qual originou o feminismo negro, apesar da inclusão de mulheres brancas nestes movimentos (DAVIS, 2016, p. 47 apud SANTOS, OLIVEIRA, ANO).

As leis abolicionistas tinham o objetivo de promover a emancipação para os negros escravizados de forma gradual, o que não foi atingido e será desdobrado em um momento posterior no presente trabalho. Foi de interesse também escravocrata que tal processo tivesse longa duração para garantir um maior período de escravidão. O processo de abolição foi longo, lento e difícil, a lei Eusébio de Queiroz (1850) iniciou tal processo que durou cerca de 88 anos até a Lei Áurea (1888) que colocou fim institucionalmente a escravidão no Brasil. Dentre elas estavam a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), assim como a proibição do tráfico de escravos. É importante ressaltar que a abolição somente se deu a partir do momento que a elite brasileira havia garantido a manutenção de seus privilégios e lugar de poder.

A título de contexto, no Brasil a luta pela abolição foi liderada por interesses nacionais, como já comentado, a pressão dos escravos, mobilização política dos abolicionistas, além de uma parcela da sociedade, era grande. Em contexto mundial, o Brasil aos interesses de Portugal, que tinha suas decisões segundo contexto político-econômico do continente europeu. Sofreu pressão externa, principalmente da Inglaterra. Inicialmente a pressão foi apenas para o fim do tráfico humano, após revolução industrial ganhando força no comércio marítimo, pois impactava

diretamente os interesses econômicos britânicos. Posteriormente estendido ao fim da escravidão.

O período colonial destacou-se pela escravização dos sujeitos submissos e o plantio como ponto central. Economicamente a escravidão representou para o Brasil a maior forma de acumulação primitiva de capital, que possibilitou posteriormente o fim da monarquia para a constituição da sociedade de classes. Implantando com a evolução econômica mundial o capitalismo, que será melhor abordado posteriormente.

A exploração Colonial no Brasil não se resumiu a uma forma econômica de gerar lucro, pois se enraizou nas demais esferas sociais, tornando-se, conforme Prado Jr. (1942) e Novais (1997), um “sistema colonial”. Essa estrutura era sustentada por três pilares: escravidão, monocultura e o latifúndio. Com o início da adoção do trabalho escravo africano, o colono europeu tomou a posse de dirigente e grande proprietário rural (PRADO JR., 1942, p. 24), modificando as formas de sociabilidade que existia até então no Novo Mundo (Gomes da Silva, pg.2, 2018).

1.2 A SOCIEDADE DE CLASSES E A CONSTRUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Como já citado a abolição da escravatura, promulgada em 13 de maio de 1888, precisou de alguns movimentos para que fosse possível sua efetivação, o que não estava nos planos da elite brasileira. Porém, alguns fatores tiveram uma contribuição fundamental para o fim da escravização institucionalizada. Houve grande pressão inglesa, puramente por determinação e interesses capitalistas, já que precisava de mercado consumidor, após implementação burguesa. Que inclusive foi possível pela contribuição do tráfico negreiro, que destinou seu lucro para financiamento da revolução industrial. Como bem cita Marx (2009), o tráfico negreiro foi o capital que ajudou a consolidar o capitalismo. Além de reações sistêmicas do movimento abolicionista por meio dos escravos, libertos e quilombos, que contestava duramente as relações escravocratas, com núcleos ativos de reação.

“De fato, até meados do século XVIII, a legitimidade da escravidão, mesmo que em contextos específicos, era compartilhada pelo pensamento cristão ocidental – católico ou protestante – e pelas

muitas sociedades africanas envolvidas no tráfico. Foi a partir de meados do século XVIII que emergiram discursos abolicionistas no contexto da Ilustração europeia, questionando progressivamente a legitimidade da escravidão” (Rios; Mattos, pg.3, 2004)

Em 13 de maio de 1888, era sancionada pela Princesa Isabel a (Lei nº 3.353) conhecida como Lei Aurea (1888). Concedendo assim aos escravos liberdade total, do até então processo escravizatório. Extinguindo a escravidão no Brasil, os sujeitos, que durante mais de 300 anos tiveram seu trabalho - tomado á força - para a construção do país, não tiveram direito a nenhum tipo de proteção por parte do Estado. Mantendo assim as contradições internas, as profundas desigualdades raciais que as caracteriza. Contradições internas e profundas que são compostas pelo entrelaçamento entre o racismo estrutural e a formação sócio-histórica brasileira, que é a naturalização das condições de determinados seguimentos da sociedade, e que foi construída desde a época colonial, através de uma separação concreta e simbólica entre dominador e subordinado.

A população negra se viu livre de um regime escravagista, assim como se viu livre da única forma de sociabilização na nova realidade pós-tráfico, mas também se viu livre de um teto, de um trabalho, de integração social.

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento o trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (FERNANDES, 1978, p. 20.)

Ainda que sua realidade fosse cruel, o negro se viu novamente arrancado de uma realidade já constituída para ser jogado a uma nova forma de vida. Desse modo, é possível afirmar que a “democracia racial” que é pauta levantada pela sociedade racista atual é nada menos que um mito.

Uma narrativa ideológica que nega a desigualdade racial, conseqüentemente o racismo, afirmando que entre negros e brancos existe uma igualdade de oportunidade. Ao negar o racismo, ele perpetua os estereótipos e preconceitos sobre os grupos étnicos marginalizados, pois somos levados a pensar que se existe igualdade de tratamento, e as desiguais posições socioeconômicas são resultado da incapacidade de negros e índios que possuem culturas subalternas” (SANTOS, p. 3-4, 2012)

Restou aos negros agora não mais escravizados e marginalizados, subir os morros e refazer sua realidade e contar a partir deste ponto uma nova história.

O estrangeiro aparecia, (...), como a grande esperança nacional de progresso por saltos. (...). Desse ângulo, onde o “imigrante” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “negro” ou “mulato”, pois entendia-se que ele era o agente natural do trabalho livre (FERNANDES, 1978, p. 27)

O lugar natural do grupo branco continuará então a ser de dominante, mantendo seus privilégios e condições de cidadania e humanidade como suas moradias saudáveis em locais privilegiados, com condições de saneamento, segurança pública e privada, além do poder econômico, e por outro lado; o lugar natural dos negros foi oposto a tais condições, tendo como realidade as ocupações, cortiços, favelas, conjuntos habitacionais, em condições de saúde extremamente precária, mantendo-se em lugares de subordinação e exclusão. Somando-se essas condições à presença ativa da Segurança Pública, repressora a favor das elites.

Gonzáles, provoca a reflexão pelo desvelamento desse jogo dialético entre consciência e memória, falando de uma maneira mais abrangente, ela vai nos trazer essa ideia da disputa entre a primazia de uma verdade histórica, que tem sido estruturada pelo racismo, que tem o apagamento, a violência contra as populações originárias, e a suavização da escravidão, o apassivamento dos escravizados e o mito da democracia racial com discursos dominantes acerca da formação social brasileira. Nesse sentido, pode-se pensar que o fim da escravidão em sua forma jurídica, em 1888, não proporcionou para as populações negras, as garantias de um Estado democrático de direito. Especialmente no que diz respeito ao direito à inviolabilidade de suas casas e, sobretudo, de seus corpos. Tal reflexão traz um olhar sobre o significado de uma Abolição jurídico-formal, que, em simultâneo, indicou a igualdade entre brancos e negros quanto sua liberdade e cidadania, no âmbito do direito e, ao mesmo tempo, permitiu a relação à manutenção de trabalho em bases escravistas, ao não instituir nenhuma proteção social ou inclusão aos ex-escravizados a então sociedade de classes.

Foi diferente para os que se viram livres em sociedades com forte construção legal relacionando igualdade e acesso à cidadania política, com presunção de plenos direitos a todos os cidadãos (desde que livres e homens) ou em sociedades onde esta presunção não existia

na prática, nas quais relações pessoais se faziam definidoras de direitos num quadro de manutenção de relações hierárquicas e clientelísticas, como a brasileira (RIOS e MATOS, 2004, p. 173)

Após a abolição, o Estado adotou medidas de adaptação a nova fase político-econômica, o que garantiria a manutenção das posições de poder, sendo elas, a manutenção da propriedade privada, a hegemonia política pelos cafeicultores e elite, e a proposta de um equilíbrio racial. A proposta era de uma transição lenta e segura em favor da elite. Havia um medo de uma reação da população negra contra o Estado, agora que estavam libertos.

Mesmo após a abolição na fase de transição, os senhores decidiram usar de estratégias para não perder sua mão-de-obra, sendo ela a ligação dos escravizados á laços de gratidão aos seus senhores. Muitos distribuíram antecipadamente alforria em massa aos seus escravizados. O que gerava um movimento de gratidão. Como coloca Ana Rios e Hebe Mattos (2004), a possibilidade de despertar-lhes a gratidão ligava-se ao entendimento senhorial de que os escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, e percebê-la como uma dádiva senhoria.

Coube aos negros libertos e últimos cativos, a decisão estratégica de permanecerem ou não as fazendas, após a abolição e alforria. A liberdade recém adquirida precisou levar em consideração as possibilidades de conquista de pelo menos mínimas condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de suas liberdades. Questões como a possibilidade da continuação da vida em família, a certeza de uma moradia e produção doméstica, um maior controle sobre o tempo e agora a possibilidade de venda da força de trabalho, de modo geral, tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso a direitos, inclusão a sociedade e ao uso da terra. Já que não houve política de integração dos recém libertos à sociedade de classes.

As condições favoráveis a esta capacidade de negociação dos libertos tinham, entretanto, como principal limite, exatamente a continuidade das identidades sociais, construídas ainda durante o cativeiro; as distinções entre ex-senhores, libertos e homens nascidos livres, que os próprios libertos buscavam arduamente tornarem obsoletas (Rios; Mattos, pg.4, 2004).

Os rumos e a possibilidade de “negociação” e a relação de trabalho entre libertos e senhores se deu por fim entre meados do século XIX e início do século XX, já que por pressões britânicas a relação de trabalho desenvolvida não havia quebrado até então a ideia do sistema escravagista. Decorrente de tais pressões se instaurou uma política imigratória iniciada pelo estado de São Paulo principalmente e que se desenvolveu de formas diferentes nas demais regiões conforme seu contexto.

A política foi adotada a partir de duas frentes principais, o sistema de parceria que consistia na imigração de europeus custeada pelos fazendeiros, e paga com juros pelo trabalho braçal nas fazendas de café, dividindo o lucro da produção com os fazendeiros. Além da imigração subvencionada pelo Estado, nela o governo era responsável por todos os custos das despesas de transporte enquanto o fazendeiro se responsabilizava pela sobrevivência dos imigrantes por um ano. A eles era pago um salário fixo, acrescido de uma variável de acordo com sua produtividade. É interessante observar que havia a possibilidade de plantar para sua subsistência, como a venda dos produtos.

O subsídio também financiava o fazendeiro de café, pois, evitava que ocorresse uma descapitalização, até mesmo antes do assentamento dos imigrantes, ao tornar o subsídio uma doação e não um empréstimo. Utilizando o aparato estatal como doador do erário, os fazendeiros puderam distribuir de forma eqüitativa os custos inerentes ao projeto imigratório, uma característica que atende aos dois lados envolvidos no processo e que ajuda na estruturação e permanência dos interesses em importar mão-de-obra. (Petri, pg.7, 2010).

Os autores indicam a trajetória da inserção do trabalho livre imigrante nas fazendas de café de São Paulo na segunda metade do século XIX, desde o contrato de parceria até a subvenção estatal para financiar a imigração. As transformações ocorridas são justificadas pela inter-relação entre o sistema de exploração do trabalho e as formas de resistência dos trabalhadores que acabam ajustando os processos de transformação da mão-de-obra nas lavouras cafeeiras (Petri, pg.8, 2010).

Diferente dos recém-chegados imigrantes europeus, não houve política alguma de inserção dos negros recém-libertos ao trabalho assalariado ou qualquer tipo de integração a nova sociedade de classes. Impedidos inclusive por lei como o código de postura (1886) que impedia os negros de ocupar algumas funções. Ou a lei da vadiagem (1941) que foi uma ação direta do Estado para sua não inclusão na sociedade.

Cria-se um mecanismo de acesso exclusivo ao mercado de trabalho para a população imigrante acontecendo entre 1870 e 1930. Foram trazidos cerca de três

milhões de imigrantes. Até o ano de 1810 era proibido o ingresso de imigrantes negros e orientais. A título de informação, a criação da classe trabalhadora brasileira, predominantemente branca no séc. XIX, se desenvolveu com seus frutos para a criação da classe média no século XX.

A partir do êxito das políticas imigratórias, o Estado adota uma frente muito concreta contra os negros. Sem a possibilidade de integração social e econômica a nova sociedade, os negros em resposta iniciam um processo dinâmico e natural de exclusão saindo dos centros em direção às margens. Acontece de maneira muito particular no Brasil um apartheid que vai para além da segregação territorial, o apartheid foi condicionado e estruturado como estratégia estatal.

(...), o regime escravista não preparou o escravo (e, portanto, também não preparou o liberto) para agir plenamente como “trabalhador livre” ou como “empresário”. Ele preparou-o, onde o desenvolvimento econômico não deixou outra alternativa, para toda uma rede de ocupações e de serviços que eram essenciais, mas não encontravam agentes brancos. Assim mesmo, onde estes agentes apareceram (como aconteceu em São Paulo e no extremo sul), em consequência da imigração, em plena escravidão os libertos foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco (FERNANDES, 1978, p. 51-2).

A política imigratória, além de estratégia de construção de capital, foi fortemente usada como política de embranquecimento com incentivos apoiados pela igreja de relações inter-raciais e até mesmo violência sexual. As teorias de embranquecimento pautadas pelo racismo científico, que estava se disseminando mundialmente na época, sustentaram a ideia dos principais pensadores da época, que inclusive foram de grande importância para a implementação de políticas eugenistas. Entre estes pensadores como por exemplo, Nina Rodrigues intui que com êxito, em cem anos não haveriam mais negros no Brasil e, Renato Keler que defendia a ideia de esterilização em massa dos homens negros.

Em tal contexto pode-se destacar dois fenômenos sociais carregados até hoje que foram de grande importância na época. Com a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e leis de repressão aos negros, criou-se a imagem do negro vadio, preguiçoso e violento. Que foi usado muito pelo Estado com adoção de leis baseadas

na antropologia criminal¹⁰ para o encarceramento em massa. A violência foi um método político e elemento cotidiano na vida dos negros. Por outro lado, as mulheres negras nunca saíram do mercado de trabalho, com serviços domésticos, mas mantendo a precariedade e submissão. Sendo assim mantenedoras e chefes de suas famílias.

...A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo (Cunha; Gomes, s/p., 2007)

O trabalho doméstico configurou uma nova estrutura social, as mulheres desempenhavam diversos trabalhos dentro das casas, trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras, babás, em algumas ocasiões as mulheres trabalhavam em troca de casa e comida, mas mesmo as mulheres que desempenhavam trabalhos pontuais, diários, ou mensais, ainda sim tinham regimes de trabalho informal, ou em laços de favor, ou compadrio. Além de assumir um significado social racista, a ocupação de empregada doméstica, que deixou como herança escravagista, carregada até os dias atuais. Assumindo assim uma divisão sexual do trabalho e hierarquização classista entre seus ex-senhores e senhoras. Como coloca Bergama Pereira (pg.4, 2011) "...o trabalho doméstico contém, em si, a síntese da dominação, na medida em que articula a tríplice opressão secular de gênero, raça e classe."

Se levarmos em consideração a dimensão da esfera de trabalho composta por empregadas domésticas é possível notar que, esse era um setor fundamental do universo do trabalho dentro das grandes cidades, na virada do XIX para o XX, pois ele assegurou de maneira acentuada a incorporação dessas trabalhadoras no sistema produtivo (mesmo que esse tipo de trabalho não fosse considerado produtivo, por não ser reconhecido como comprável ou vendável, do ponto de vista da economia (Pereira, pg.4, 2011).

Para as mulheres negras a ideia de libertação ou falsa emancipação que o pós-abolição propôs teve um significado diferente dos homens negros, já que por conta do trabalho nas casas a idealização da escravidão e o racismo continuaram fortes. "No

¹⁰ A Antropologia Criminal, também chamada de Biologia Criminal é a disciplina baseada na suposição de que os criminosos apresentam características físicas próprias que os predispõem ao crime. No caso tais características era pautada pelo racismo científico.

trabalho, para ambos os sexos, a exclusão, e particularmente às mulheres, ficaram restritas aos serviços domésticos das casas dos brancos e nos serviços pesados nas lavouras, seguindo a violência e estupros no trabalho, com a convivência das mulheres brancas” (DAVIS, 2016, p. 97-99).

1.3 UM DEBATE INICIAL SOBRE RACISMO ESTRUTURAL

O racismo pode ser explicado de diversas formas e sua construção é muito particular, dependendo de seu contexto político social e econômico, construção, e esforços para sua superação. Pode-se explicar a conceituação do racismo a partir do pensamento, “uma discriminação social, que pode ser baseado na superioridade de uma raça, etnia, ou uma característica física, em detrimento de outra que, por causa de sua situação racial, se autodomina raça superior” (Da Silva, 2012). No dicionário Michaelis, o significado da palavra *racismo* é abordado a partir da ideia de que a “*Teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias); Doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras*”.

Definido durante a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em um tratado internacional de direitos humanos adotado pela Assembleia das Nações Unidas, discriminação racial foi definida a partir da reflexão: “*toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública*”.

Aos olhos da lei o racismo aparece pela primeira vez em 3 de julho de 1951 com a lei 1390/51 também chamada de “Lei Afonso Arinos”, que proíbe a discriminação racial no Brasil, e prevê igualdade de tratamento e direitos iguais. Substituída posteriormente pela lei 7716/1989 também conhecida como Lei Caó (1989), caracterizando a prática de racismo como crime, em um cenário onde este era considerado apenas uma contravenção penal. O racismo foi citado em nossa

constituição federal, em seu Art. 5, inciso XLII – “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;”. E a lei mais atual que temos hoje é a lei 12.288, de junho de 2010 por meio do Estatuto Da Igualdade Racial, que foi criada para tentar reduzir o racismo em nosso país, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

O racismo pressupõe dominação de uma raça sobre outra, e como já citado tem construção particular. A estruturação do racismo no Brasil foi uma criação sólida, estratégica, perversa, violenta e eficiente. Com uma realidade brutal de desigualdades e violências. Obtido pela efetivação e manutenção das estruturas coloniais escravistas, hegemônicas da branquitude¹¹. E é base para quaisquer outras opressões estruturais. Com a ruptura da escravidão, houve um deslocamento da capacidade produtiva dos negros ex-escravizados para os brancos imigrantes, colocando assim os negros as margens. Com exclusão econômica, política e social, não rompendo com a ideia dos processos escravizatórios de submissão e subalternização dos corpos negros. De forma subjetiva, o racismo é um subproduto da estrutura montada.

Podemos discutir a estruturação do racismo a partir da teoria do materialismo histórico dialético de Engles (1989), partindo do pressuposto de compreensão do mundo, em caso isolado, do racismo, compreendendo a realidade para além da superficialidade com essencialidade dos fenômenos. Pode-se materializar o conceito de racismo como hierarquização pautado pela perspectiva da raça, com relações racializadas que se dão a partir de condições materiais concretas. Com a ideia lógica de construção segregatória no desenvolvimento desses grupos.

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas

¹¹ “a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea
(Silvio Almeida, p.15 2019)

O racismo em perspectiva mundial, teve sua construção ideológica a partir do séc. XIX, após a ascensão da ciência partindo de 3 conceitos que se retroalimentam e alimentam o conceito de racismo. Em primeiro lugar temos a construção do conceito de beleza, colocando o branco com ideal de padrão e principalmente com ser universalizado, mimetizado principalmente por aspectos estéticos e fenótipos. Em segundo lugar, com a universalização do branco, a superiorização e supervalorização da cultura europeia. E em terceiro, a partir da superioridade e ideais europeus, tem-se a da ciência, manifestada como neutra e imparcial, mas construída sob perspectivas patriarcais, capitalistas e de supremacia branca. Que permitiu a consolidação do racismo científico.

“...a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea” (Silvio Almeida p.20, 2019).

O racismo se articula com três esferas da sociedade, individualmente, institucionalmente e estruturalmente, e se relaciona na mesma ordem com a subjetividade, com o Estado e com a economia, resultando em fenômenos sociológicos distintos. “Assim, os adjetivos institucional e estrutural não são meramente alegóricos, mas representam dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos” (Silvio Almeida, p.24-25 2019).

A concepção individualista (subjetiva) conversa com fenômenos éticos, individualistas ou coletivos. É manifestado principalmente de forma direta e se caracteriza pela via do preconceito, sempre pautada pelo caráter psicológico como uma irracionalidade, esvaziando sua natureza política. Comumente confrontada ao nível jurídico por meio de indenizações.

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da

legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem (Almeida, p.25 2019).

Para elucidar a ideia de racismo institucional (Estado), podemos inicialmente definir instituições como coloca 26 “...modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais.” Em outras palavras, as instituições fazem dos indivíduos sujeitos, de modo que as estruturas sociais a que permeiam sejam moldadas pelo poder da instituição, materializando as determinações sociais. Sendo assim condicionam o comportamento dos indivíduos como são atravessados por seus conflitos sociais. “Assim, a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições” (Almeida, p.27, 2019).

As instituições, com o poder de moldar e determinar as relações e estruturas sociais por serem construídas hegemonicamente brancas, usam de seus mecanismos a seus interesses político-econômicos racializados, de domínio discriminatório. Não só possibilitando a desigualdade social, como fazendo dela sua principal característica. “a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação” (Almeida, p. 2021).

No Brasil, o racismo funda os componentes do Estado brasileiro a partir da persuasão e coerção. Com sua estruturação a partir de um projeto criado pelos escravagistas no séc. XIX e mantido e aperfeiçoado pela burguesia a partir do séc. XX. Segregando corpos a partir do conceito de raça como forma de organização do Estado, estruturando as formas de acesso ao capital, excluindo a população negra por meio da eugenia branca, violentando e matando corpos negros como mecanismo de manutenção da ordem, de herança escravocrata como principal componente de sistema de controle, aprisionando e encarcerando seus corpos em massa, e embranquecendo sua população com políticas concisas e hipersexualização de corpos negros.

...o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto

ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (Almeida, pg.31, 2019)

As instituições que atuam no condicionamento das relações sociais estruturadas e criadas a lógica racista, expressam por meio de suas deliberações e determinações o racismo que as estrutura. Assim as instituições são racistas por determinantes racistas, assim como a sociedade é racista por seus determinantes.

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (Almeida, p,38. 2018).

Só há sua concretização a partir das relações antagônicas que sustentam sua estrutura social.

Com a forte relação com o Estado e seu poder exercido por meio das instituições, o racismo estrutural tomou uma nova face após o avanço do neoliberalismo, e tomada de poder de desgovernos conservadores de atuação baseada em retrocessos no que diz respeito a políticas de inclusão e a favor da classe trabalhadora, além de características assumidamente discriminatórios com as mulheres, pretos, pobres e a população LGBTQIAP+. Assim foi implementado a política da morte seletiva, conceituada e posteriormente difundida por Achille Mbembe (2018) como necropolítica.

Necropolítica pode ser entendida como uma política adotada por governos e Estados de perseguição e morte em massa de pessoas pretas e pobres, implementada no Brasil contemporâneo com o objetivo de controle social. Na adoção da necropolítica, os chefes de estado determinam um alvo, e asseguram por meio das instituições quem morre, quando morrem e como morrem. Percebe-se então que nada mais nada menos, a necropolítica é uma atualização dos meios estabelecidos à perseguição racial estruturada no período colonial e pós-colonial, por meio da violência para controle social e manutenção do poder estabelecido.

Tal política é adotada principalmente pela violência policial, tendo como exemplo as execuções em massa nas favelas do Rio de Janeiro, encobertas pelo viés

de “combate” ao tráfico, mantendo um contexto de guerra com as UPP’s (Unidade de Polícia Pacificadora) entre policiais e moradores de favelas, ou ao encarceramento em massa, que tem sua população carcerária 66,7% formada por negros dos 657,8 mil presos em que há a informação da cor/raça disponível. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Com um crescimento de 15% da população negra carcerária nos últimos 15 anos, enquanto houve um déficit de 19% da população carcerária branca. Visto que as estruturas coloniais permanecem quanto ao impacto social e familiar de pessoas negras, as mães pretas continuam a perder seus filhos para violência policial, as mães pretas continuam em situação de prisionização¹², as mulheres pretas continuam colocando comida na mesa e chefiando suas famílias.

A necropolítica também age de forma secundária no não cumprimento do direito básico de acesso à saúde, no ano 2000, 8,9% das mulheres que deram à luz na região Norte do país não realizaram consultas de pré-natal contra 6,5% das brancas, o que implica em 36% menos de chance de acesso a este tipo de assistência (Cunha e Jakob, 2004), os filhos de mães negras estiveram 40% mais expostos aos riscos de adoecer e morrer que os filhos de mães brancas - PNAD (1980); na educação em média, a população branca estuda 6,9 anos enquanto a negra, 4,7 anos (Jaccoud e Beghin, 2002)., ou moradia, segundo levantamento da PNAD (2019) das 45,2 milhões de pessoas que vivem em moradias com algum tipo de inadequação 69,2 são pretas ou pardas, já que foi a população condicionada às margens desde a Lei Áurea (1888) , por falta de políticas públicas adequadas de reparação histórica.

A partir do avanço do neoliberalismo, em 1990, que se expande até hoje, por meio da ideologia dominante, difundida pelas mídias sociais, crenças, Internet, educação condicionada, desinformação, ideias eugenistas que atacam e causam a morte de pessoas pretas e pobres. Esse poder de coerção e coesão do Estado, constantemente renovado e reinventado, sob novas formas de perseguição, de extermínio e morte das minorias, em sua maioria negras, as permitindo e legitimando. Mantendo de fato sua estratégia inicial de “limpeza” e branqueamento na sociedade, com processos excludentes aos que já estão às margens. É importante pontuar que

¹² “A prisionização se relaciona ao conceito sociológico de assimilação, entendido como processo lento, gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social na qual foi colocada, a ponto de se tornar característico dela.” Clemmer (1958) Tal fator não se resume somente ao preso, mas a sua família ou rede de apoio, que também são tomados por tal processo.

a democracia hoje vivenciada, é liberal, e não há limites para a morte. Seja por conta da classe a que pertence e seu poder econômico, seja pelo gênero e orientação sexual, ou pela cor de pele. Entender como se mostra as expressões da questão social e como a violência, e o racismo estão enraizados na formação das relações sócio-históricas do Brasil. Vivemos em uma guerra não declarada, permitida e legitimada pelo Estado democrático de direito.

2 QUESTÃO SOCIAL: RAÇA, CLASSE E GÊNERO

O conceito de raça pode ser conceituado sob várias perspectivas, seja ela qual for estará sempre ligada a estabelecer classificações. Silvio Almeida afirma sobre o termo raça, não é fixo ou estático. O sentido se dá pela inevitável ligação às suas circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico.

No ideário popular a concepção de raça pode ser resumida através de sua definição segundo dicionário Aurélio, raça palavra substantiva feminina é um “conjunto de indivíduos cujos caracteres somáticos, tais como a cor da pele, a conformação do crânio e do rosto, o tipo de cabelo, etc.”, que são semelhantes e normalmente transmitidas através da hereditariedade, embora variem de indivíduo para indivíduo.

A construção da ideia e conceituação de raça foram melhor estudadas e estabelecidas a partir do séc. XVI, devido a circunstâncias históricas. Com a expansão econômica mercantilista europeia, a cultura renascentista passa a discutir a existência humana sob a ótica da unidade¹³ e multiplicidade¹⁴. Com a ascensão da construção do moderno ideário filosófico, a perspectiva do ser humano, que antes era concebida a partir do seu eu pertencente a uma comunidade, transiciona para o ideal de homem (europeu) universal. E pela primeira vez a ideia de raça ganha relevância social. O

¹³ Defendia que o princípio de tudo estaria na unidade lógica promovida pela existência de um ser único e soberano, Deus. Essa concepção contrapunha-se à religião grega tradicional, essencialmente politeísta

¹⁴ multiplicidade é univocidade e imanência que reencontra a singularidade, a novidade e a invenção.

iluminismo, traz uma renovação da construção do saber filosófico, que coloca o homem como objeto central.

A novidade do iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças “enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)”.³ Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais (Almeida, p 19. 2019).

Logo após no séc XIX, há uma transformação com bases positivistas sobre a discussão filosófica central do homem e aponta suas diferenças em indagações científicas.

...nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência (Almeida, p 21. 2019).

Já no séc XX os estudos antropológicos se esforçaram para derrubar tal teoria e derrubar a existência do determinismo biológico ou cultural para hierarquização por raças. Como coloca Silvio de Almeida sobre 17 a constatação é a de que não há nada na realidade natural que corresponda ao conceito de raça. Sob a óptica biológica ¹⁵ foi comprovado que as diferenças genéticas entre os seres humanos são mínimas, por isso não se admite mais que a humanidade é constituída por raças.

No passado, a crença de que “raças” humanas possuíam diferenças biológicas substanciais e bem demarcadas contribuiu para justificar discriminação, exploração e atrocidades. Recentemente, porém, os avanços da genética molecular e o seqüenciamento do genoma humano permitiram um exame detalhado da correlação entre a

¹⁵ “De acordo com o pensamento eugenista, o conceito de “evolução das espécies” de Charles Darwin, também se aplicava aos seres humanos, e explicava o avanço do homem europeu ao topo de uma pirâmide de hierarquia entre as raças. Além de justificar a dominação colonial e a exclusão social do elemento negro, indígena e qualquer “outro” que não fosse europeu, considerado uma “raça pura”

variação genômica humana, a ancestralidade biogeográfica e a aparência física das pessoas, e mostraram que os rótulos previamente usados para distinguir “raças” não têm significado biológico (PENA; BIRCHAL, p 2. 2005-2006).

O conceito de raça, mesmo que pareça abstrato, é um conceito concreto construído através do imaginário social. Constantemente sendo reforçado pela comunicação midiática. A raça na prática é muito bem delimitada para a sociedade, mesmo que subconscientemente. Tal conceito é construído a partir da idealização e institucionalização do Estado, iniciado pelo processo de apagamento histórico e identitário, desde os primórdios do processo de escravização, seguido do processo sanitarista de embranquecimento e eugenia.

O ser branco e o ser negro mesmo partindo de construções sociais se diferenciam do fruto de seus produtos. Enquanto o ser negro é fruto do racismo e negritude¹⁶, o ser branco é fruto do privilégio e dominação da exploração da força de trabalho. As características fenotípicas, que classificam as raças no contexto brasileiro atuam apenas como materialidade na classificação. Já os mecanismos de privilégio e desprivilegio são seus resultados.

uma categoria racial que foi pacientemente construída no ponto de encontro entre o direito e os regimes de extorsão da força de trabalho” A admiração e a valorização das características físicas e dos padrões de “beleza” dos povos europeus é também um indicador de quais indivíduos e grupos são considerados os ocupantes naturais de lugares de poder e destaque Achille Mbembe (Almeida, p. 48. 2019 apud MBEMBE, p. 88. 2018)

Entende-se aqui, a partir da cor da pele preta e parda a constituição do grupo étnico/racial negro, conforme IBGE.

¹⁶ No caráter político, ideológico e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana.

A classificação racial atualmente empregada pelo IBGE distingue as variedades pela característica “cor da pele”, que pode ser branca, preta, amarela e parda, a única exceção sendo a categoria indígena, introduzida no Censo Demográfico 1991 (IBGE, Étnico-raciais da População (Classificações e identidades, 2013)

Ainda sobre raça, é importante ressaltar que tal conceito e carga que a categorização pela raça implica, rebate apenas as pessoas negras. Como já citado a construção da ideia de raça e humano ideal, fez com que a categorização da raça se estendesse apenas aos não universais (brancos). Inclusive a categorização por raça dos brancos se dá a partir da negação da identidade racial, as atribuindo sempre ao outro. Diferente dos negros que a usam como aproximação, acolhimento e referência.

Podemos observar esse fenômeno inclusive na aplicação do racismo. Que é naturalizado quando direcionado a pessoas negras, mas leva o nome de racismo (equivocadamente) inverso/reverso quando a perda de privilégios da população branca.

A própria ideia de racismo reverso é curiosa e nos mostra como muitas vezes nos detalhes moram as grandes questões. O termo “reverso” já indica que há uma inversão, algo fora do lugar, como se houvesse um jeito “certo” ou “normal” de expressão do racismo. Racismo é algo “normal” contra minorias – negros, latinos, judeus, árabes, persas, ciganos etc. – porém, fora destes grupos, é “atípico”, “reverso” (Almeida, p.25. 2019)

Um dos maiores e mais impactantes mecanismos do sistema racista implantando é a construção da imagem do homem negro e da mulher negra no imaginário social. É tão importante, que delimita quem é, e o que pode ou não fazer esses homens e mulheres. Como toda a construção racista tal imagem é fruto do sistema escravagista e principalmente do período pós colonial. E vai de encontro diretamente com a construção da sociedade de classes e construção das desigualdades aqui já abordados. Pois bem, a humanidade dos homens e mulheres negros foram arrancados desde o seu sequestro, e à primeira vista foram reduzidos a produtos lucrativos por meio da sua mão de obra, sendo desconsiderado seus saberes, cultura língua, religião, sociabilidade, e principalmente sua identidade.

Assim foi construído no imaginário social o primeiro aspecto da imagem dos negros, a redução ao trabalho braçal, e negação total a sua inteligência, nasce a ideia do negro burro. Em segundo plano, com as fugas e resistência dos negros nas fazendas e quilombos a ideia que surge é do negro arredio¹⁷. Salvo as mulheres negras que especificamente tinham o trabalho reduzido ao doméstico construindo a imagem de tia Nastácia, a mulher que tem o papel de servir. Em contrapartida com influência do patriarcado e apoio das mulheres brancas no período escravagista construiu-se a imagem da negra sexualizada, onde eram estupradas por seus senhores e acusadas de sensualizar de maneira proposital por suas senhoras, surgindo assim a hiper sexualização da mulher negra. Como objeto da sua construção identitária, a mulher negra foi força e resistência, de dentro da casa grande também participava estrategicamente ativamente de resistências e ataques contra seus senhores, por formas de envenenamento ou dando informações sobre rotina e dinâmica familiar. Liderou quilombos como Dandara, planejavam rotas de fuga, e principalmente através do Candomblé, lideravam e organizavam os principais grupos abolicionistas, por meio de diversas frentes ativistas.

...as mulheres negras no período colonial eram degradadas e desejadas ao mesmo tempo, a misoginia da sociedade colonial às classificava como “fáceis”, portanto, alvos naturais de investidas sexuais dos senhores de engenho, nas palavras da autora “o ditado popular parecia se confirmar: „Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar (DEL PRIORE, 2013, p. 36).

No período pós colonial temos outros dois importantes aspectos. Com a abolição e substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes, as mulheres negras foram as únicas que se mantiveram exercendo vínculo de trabalho nas casas, ao homem negro restou poucas opções de trabalho livre, muitas vezes não tendo ocupação nenhuma, na época surgia a imagem do negro preguiçoso, ao mesmo tempo em que as mulheres negras, únicas responsáveis pelo sustendo de suas famílias passavam a chefiá-las. Posteriormente com a disseminação de práticas com influências africana, seja elas práticas religiosas ou culturais como as religiões de matriz africana, capoeira, samba, cria-se leis de restrição a tais práticas com o objetivo

¹⁷ Arredio pode ser definido como: que foge ao convívio social. Criou-se então a ideia de que o negro não era um ser sociável por características biológicas e naturais.

de controle social e apoio as políticas de encarceramento das prisões e manicômios, temos a violência e vadiagem atreladas a imagem dos homens negros. As mulheres negras carregaram e preservaram a identidade negra por meio de suas famílias, matriarcais, mantendo a diáspora mesmo sob implicações diretas a negritude e suas bagagens, seja ela por meio da culinária, religião e força.

Pode-se introduzir o conceito de classe a partir de uma reflexão pertinente ao desdobrar da reflexão de privilégios, pois o branco carrega também o privilégio de ver e compreender, as relações sociais a partir exclusivamente da classe, o fator exclusivamente de homens brancos, que tem sob si o olhar do universalizado, caracterizado apenas pelos seus privilégios.

Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não-brancos e, portanto, encarados como não tão humanos(...) Assim, o homem europeu ganhou, em força e identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como o "homem universal" em comparação com os não-europeus. (BENTO, fórum de debates educação e saúde: sobre racismo institucional).

A noção sociológica de classe social foi mensurada por meio de uma classificação socioeconômica que aperfeiçoa e atualiza a tipologia utilizada em Estrutura de Posições de Classe no Brasil (Figueiredo Santos, 2002). A questão das classes está atrelada e dependente da construção das desigualdades, e da exploração da força de trabalho. Mantém uma relação entre opressor e oprimido, e no capitalismo ela se expressa a partir das classes burguesa (detentora das forças de poder) e proletariado (classe trabalhadora).

A classe se materializa como um fenômeno econômico social, a partir da expressão das desigualdades à população socialmente excluída e marginalizada. Mesmo estando atrelado à condição econômica, a classe é definida diretamente pela condição de trabalho ou não, independente da condição financeira, enquanto explorado pela força de trabalho compõe a classe trabalhadora. O acesso ao trabalho além de definir o pertencimento de classe é expressão de cidadania e humanidade.

Não é o objetivo se desdobrar sobre a discussão filosófica ou sociológica da conceituação de classe inicialmente. E posteriormente será melhor desenvolvido sobre seus impactos estruturais e sociais. No presente momento é de extrema importância lembrar sobre sua construção no Brasil, de forma pontual. A sociedade de classes foi caracterizada após a substituição da força de trabalho escrava negra pela força de trabalho branca, que inclusive deu força para construção burguesa branca de descendentes de estrangeiros brancos imigrantes, bem como lembrar que a mulher negra foi a única que nunca deixou o posto do trabalho, que inclusive carrega até hoje as características intactas do período escravocrata na condição de domésticas.

Para finalizar a introdução de conceituações, chegamos à questão de gênero. Apresentando duas perspectivas de discussões muito pertinentes. Simone de Beauvoir (2012), defende a ideia de construção social de gênero, por características não biológicas, e acredita que as construções têm um viés sexista de determinação do que é feminino ou masculino.

o gênero como uma expressão relações de gênero designa, primordialmente, a perspectiva de que as categorias diferenciais de sexo não implicam o reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem social como modeladora de mulheres e homens (BENDA, s/p. 2019).

Tal molde do que é ser mulher, carrega na sua construção de um ideário, que mesmo que por interferência patriarcal e arcaica ainda pode-se caracterizar como frágil, doce, prestativa, submissa. Geralmente atrelado a feminilidade, a pureza, e a maternidade. Vê-se aqui que a universalidade que Laura cita, não somente é ordenada socialmente como modeladora como é seletiva, por isso o ser mulher é também carrega caráter universal.

O gênero em sua aplicação no cotidiano designa as relações de poder do homem sobre as mulheres enquanto sujeitos da sociedade determinado pelo tempo histórico. No Brasil, o conceito gênero foi popularizado nas décadas de 1980 e 1990, na ascensão do feminismo no país. O conceito de gênero tem o caráter identitário, que é construído e mantido de forma relacional. Ainda tem caráter histórico, no qual

a relação de poder se constrói a partir de processos complexos nos âmbitos da apropriação, reprodução e recriação das relações de dominação entre os sexos.

A saber, a mulher branca, que não tinha quase ou nenhuma autoridade nesse sistema social e, em específico, diante do homem branco (pai ou marido), exercia como função administrativa no lar, o controle dos escravos, reproduzindo assim o poder masculino (PINTO, 2010, p. 226).

A mulher negra como sujeito é fruto da materialização da organização das desigualdades em três eixos: raça, classe e gênero. E para entender os rebatimentos carregados nessa tríplice fenomenológica moderna, partiremos da construção desigual e estrutural que teve início no processo de pós abolição inconcluso. E o papel da mulher negra na formação e sustento da sociedade, que é inegável. Resultando no lugar de base da pirâmide social, sendo a primeira a ser atingida pelas diversas e mais perversas vulnerabilidades e violências sociais.

Analisando as desigualdades, aqui já citadas, sofridas por essas mulheres para compreensão da funcionalidade das estruturas racistas que as desencadeiam, partindo da perspectiva da totalidade norteada pelo serviço social.

Um dos grandes problemas vivenciados em uma sociedade permeada por conflitos e antagonismos de classe, de raça e sexuais é como compatibilizar a desigualdade com parâmetros culturais baseados em ideologias universalistas, cosmopolitas e, portanto, politicamente impessoais, neutras e pautadas pela igualdade formal (Almeida, p.51. 2019).

2.1 O DEBATE SOBRE INTERSECCIONALIDADE CONSUBSTANCIALIDADE

O conceito de interseccionalidade nasce de uma demanda de mulheres negras na vivência ativa das experiências sociais. Pensado e desenvolvido pelas feministas negras na busca de encontrar um lugar que até então não existia. Tal demanda é uma reivindicação não correspondida de dois movimentos sociais que compõem a identidade da mulher negra. A inobservância das mulheres brancas feministas quanto a luta pela igualdade de gênero pautando a raça, quanto dos homens negros no movimento negro, quanto as questões particulares as mulheres negras.

A interseccionalidade instrumentaliza a estrutura racial como um todo, trazendo a teoria-metodológica da indissociação dos elementos fundantes da estrutura aqui já debatidos, composto pelo racismo, capitalismo, e a cisheteropatriarcado, como um sistema de opressões interligadas. O conceito de intencionalidade que questiona e confronta os elementos estruturais por ser pensado através da perspectiva de um não lugar das mulheres negras, carrega consigo a ideia descolonizadora fugindo que qualquer lógica de aprisionamento e opressão cruzada, seja de qualquer natureza.

A interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente, o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (Crenshaw apud Akotirene p.14. 2019).

O racismo, que foi estruturado pelo colonialismo, implantando uma identidade negra errônea impõe uma carga a homens e mulheres negras, em conjunto com uma ideia de feminismo ocidentalizado e muitas vezes voltado ao eurocentrismo branco, determina exigências sobre as determinações de gênero. Apagando não somente as vivências experienciadas pelas mulheres negras, bem como o epistemicídio também dessas mulheres.

O feminismo negro materializa a interseccionalidade, propondo uma ruptura da lógica feminista branca e descentraliza a questão de gênero, dando espaço a marcadores raciais, que ressignifiquem conceitos e estereótipos criados pelo patriarcado sob corpos negros femininos, articulando e criando assim uma nova ideia identitária, com centralidade nas suas perspectivas específicas e particular. Que somente podem ser caracterizadas e definidas pelas mesmas.

O maior recurso colonial da eurocivilização consiste em priorizar o corpo, ignorar ferimentos que tendem a complexificar rapidamente, enquanto diagnosticam, às pressas, o problema “negro,” das “lésbicas,” de “gênero,” dos “latino-americanos (Akotirene, p.17. 2019).

A interseccionalidade busca não somente a articulação dos segmentos estruturantes de classe, raça e gênero. Bem como tem o objetivo de questionar e ir contra o conceito da mulher universal; que tão como, em graus e perspectivas diferentes da ideia do homem universal, nega humanidade, e nega identidade, criando uma rede opressora muito bem estruturada e disfarçada de apagamento.

As opressões, explicadas e compreendidas a partir de tal metodologia, nos apresenta sua união em cada elemento ou conjunto de elementos estruturantes. Na perspectiva de classe, pode-se observar a correlação a partir da divisão sexual do trabalho, que afetou e se desenvolveu de formas diferentes para mulheres brancas e negras. Enquanto a exploração pelo trabalho imposto às mulheres negras, as mulheres brancas foram a luta por tal direito. Sendo anteriormente suas patroas. Outro exemplo da divisão sexual do trabalho é a discriminação etária vivenciada por mulheres brancas que não se estende as mulheres negras, pela construção da ideia de servidão, pois não existe a hora de parar de trabalhar para essas mulheres que ao longo da vida somente vivencia o trabalho informal, além da garantia dos direitos pelo trabalho formal, que são quase que exclusividade de mulheres brancas. Akotirene (2019), afirma que para Sojourner Truth a raça impõe a mulher negra a experiência de burro de carga para a patroa e o marido.

Na perspectiva de gênero, são muitas as divergências entre mulheres brancas e negras que podem ser elucidadas pela interseccionalidade. A liberdade sexual, por exemplo, mesmo que reprimida independente da raça, se manifesta de formas diferentes. As mulheres negras, são depositados dois estereótipos totalmente distintos que regem sua imagem de acordo com o padrão estabelecido, branco e eurocêntrico. São dois polos, sendo esse a hiper sexualização de corpos negros estendida a homens e mulheres, bem com a dessexualização desses corpos quando não atendido o padrão de negra tipo exportação¹⁸. Marcados pelo abuso sexual, submetendo tais corpos a uma ideia de permissividade e liberdade, inclusive para sua violação.

O racismo, experienciado pela raça as mulheres negras, também as infantiliza, tirando, pelas vivências de atravessamento de opressões, a capacidade de escolha de sua própria vontade, como não reconhece sua capacidade crítica. Podendo ser pela falta de poder econômico, minimizando suas possibilidades, como pela exclusão, ou atenuamento de circunstâncias de que impeça o acesso à educação, ao mesmo tempo em que nega seus saberes, inclusive empíricos e ancestrais.

Acreditamos que a política sexual sob o patriarcado é tão onipresente nas vidas das mulheres negras, quanto às políticas de classe e raça. Também

¹⁸ Estereótipo consolidado pela hipersexualização e objetificação de corpos de mulheres negras segundo um certo padrão, vendendo uma imagem sexualizada das mulheres brasileiras.

achamos, muitas vezes, difícil separar opressões de raça, classe e sexo porque, nas nossas vidas, elas são quase sempre experimentadas simultaneamente. Nós sabemos que existe uma coisa que é uma opressão sexual-racial que nem é somente racial nem somente sexual, por exemplo, a história do estupro das mulheres negras por homens brancos como arma de repressão política. Mesmo sendo feministas e lésbicas, nos solidarizamos com os homens negros progressistas, e não defendemos o fracionamento que as mulheres brancas separatistas reivindicam (Declaração do Coletivo Combahee River, 2013 apud Akotirene, p. 18., 2019).

A interseccionalidade não se reduz apenas a perspectiva de unificação dos elementos fundantes de opressão, mas pode ser apresentado como uma lógica que visualiza a ligação de determinados fatores sociais, históricos e identitários, para uma melhor leitura de seus impactos na vivência do preconceito que atinge os mais variados grupos sociais, ditos como outro, como os não universais.

O colonialismo distingue natureza e humanidade, posteriormente pela adoção do capitalismo em âmbito global. Tal distinção estruturadas pelo patriarcado e racismo, ditam o passo da feminilidade e masculinidade de corpos negros, enquanto os homens foram impedidos de sofrerem e vivenciarem suas masculinidades, as mulheres foram impedidas de aflorarem sua feminilidade.

Os elementos estruturantes; classe, raça e gênero, desenham a dinâmica das relações sociais, particularizando cada vivência de acordo com o grupo a qual o indivíduo pertence. No âmbito de gênero, a partir da opressão patriarcal, as mulheres, são caracterizadas como inferiores e frágeis, já a mulher negra é anulado a característica de fragilidades e estendido a domesticação e subserviência. No âmbito capitalista imprimido a relação de classes, primeiramente o negro é transformado em escravo, e carrega a exploração do trabalho. Tirando das mulheres negras a identidade de mulher, e dos negros a condição de trabalhadores. Anulando dois fatores que confere humanidade.

Chega-se ao debate, que divide opiniões, mas nesse trabalho somente se debruça a distinção dos pensamentos, com o questionamento: há de fato uma igualdade nos pesos das opressões? Quais elementos estruturais subsidiam aos outros? De fato, o trabalho analisa as opressões a partir da perspectiva racial, porém é importante e interessante tal discussão. A exploração do trabalho que dá alçada às

classes sociais, antecede a raça? O capitalismo da base para a opressão racial? Ou o racismo se desenvolve por meios das estruturas capitalistas?

Podemos responder a tais perguntas a partir da lógica interseccional. Após tais indagações pode-se verificar que o elemento gênero não é questão fundante, mas ainda sim é o elemento que dá nuance as experiências vivenciais. Porém é fato que qualquer que seja a natureza opressora a cor da pele não se desvincula da identidade racial.

A interseccionalidade lê a tripla dimensão da realidade, não desvincula, hierarquiza, soma ou compara as condições estruturais. Sua proposta é de perspectiva através da união de elementos sociais atravessados a corpos não universais, entendendo toda subjetividades que as perpassa e modela, nas interações estruturais. Reconhece o racismo, sexismo e classismo em sua centralidade cruzada nas dinâmicas sociais, buscando reconhecimento das identidades coletivas.

É fato que a sociedade é dividida desde a invasão portuguesa e implementação da sociedade de classe, e que essa divisão a sustenta como desigual e opressora até os dias atuais. Que a estrutura se baseia na opressão de raça, classe e gênero, mas que historicamente temos na a raça a centralidade de todas as opressões, quando sofridas pela população negra.

Muitas são as estratégias para manutenção desse processo de invisibilização dos corpos pretos e construção de estereótipos, que hoje são de extrema importância para sustentar a pirâmide social e manter os privilégios conforme o status quo.

É de extrema importância a dissociação da perspectiva das relações apenas a partir da exploração do trabalho e constituição das classes sociais, uma vez que todos os processos perpassam a raça, sendo ela para opressão, ou para privilégios. Isto, no entanto, não significa desconsiderar a exploração de classes. Entende-se aqui, a extrema relevância da opressão e exploração de classes, não só da população negra, mas de toda classe trabalhadora, uma vez que o sistema capitalista posto, atravessa a todos os corpos explorados pelo processo do trabalho.

É inegável que a raça não deva ser pensada como um recorte, nessa e em demais situações, mas sim de uma perspectiva fundante. Pois mesmo os brancos pobres e periféricos, ainda tem sobre os corpos negros um privilégio.

A partir de um estudo feito, foi possível analisar que trabalhadores e pobres brancos possuem um privilégio em relação ao negro, pois é compensado com um “salário público e psicológico”, que retrata ganhos em relação aos negros quanto a mobilidade nos espaços, inclusive em acesso a direitos, e ainda não sofrer de uma estrutura e práticas racistas que ponham em xeque suas vivências (DU BOIS,p.53. 2014).

“Não é possível uma efetiva derrota do racismo nos marcos do capitalismo, do mesmo modo que a luta de classes” Lélia Gonzales(1984). Considerando toda a particularidade social, racismo estrutural, alienação, é impossível fazer uma análise de totalidade dessa realidade, nem compreender a classe trabalhadora brasileira, sem olhar o porquê do sofrimento e privações. Tal análise deve ter como fundamento a perspectiva de gênero, raça e classe. Qualquer debate desvinculado dessa realidade e dessas perspectivas, não são devidamente válidas. Nas palavras do Professor Sílvio de Almeida, “É uma espécie de marxismo sem história, sem dialética”, que trata categorias como classe, mercadoria e valor como absolutos e autorreferencial, e que nada tem a dizer sobre essa realidade. É importante resgatar Florestan Fernandes, aborda sobre as ”exigências diferenciais”, por isso é fundamental compreender a luta contra o racismo enquanto intrínseca a luta contra o capital.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL

O serviço social, tem historicamente o objetivo profissional traçado a partir da conjuntura política e socioeconômica do país, com uma perspectiva interventiva e crítica, orientada teórica e ideologicamente pelo olhar marxista, sob as contradições trabalho x capital, suas explorações, expressões e devolutivas sociais.

Inicialmente o Serviço Social brasileiro tinha como objetivo o homem, com uma perspectiva de ajuste moral, a profissão se voltava ao homem que morava nas favelas, que era pobre, analfabeto, fora do mercado de trabalho. O olhar que se tinha desse homem era de incapacidade e ascensão social por seus próprios meios, então a profissão se coloca “salvadora” e se objetiva a moldá-lo e integrá-lo a valores morais.

Posteriormente, o serviço Social deixa de ter o homem como objeto profissional, e a ideia de que o que decorre de sua situação seja resultado de uma possível incapacidade, então se volta a sua realidade percebendo que sua atuação

está nesse espaço e não nas individualidades desse homem, assim o objeto da profissão passa a ser a situação social problema.

(...) o Serviço Social atua na base das inter-relações do binômio indivíduo-sociedade. [...] Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas (Documento de Araxá, 1965, p.11).

O Serviço social reconsidera seu objeto após uma mobilização popular contra a ditadura militar e se restabelece a partir de uma perspectiva de transformação social. Havia uma busca profissional de vínculo com a classe trabalhadora e explorada pelo capital. Esse ainda é o viés trabalhado pelo Serviço Social, mas atualmente é marcado pela análise marxiana da sociedade burguesa, agora como um novo objeto definido como questão social e suas expressões.

O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual ou coletiva (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154-5).

Hoje o Serviço Social tem a concepção da questão social e suas expressões como:

(...) as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política (Yazbeck, pg.10, [s.d.]).

Sendo assim o Serviço Social vê a questão social como fruto da contradição trabalho x capital, estabelecida a partir apropriação das riquezas geradas pela produção, desta forma não há uma posse do trabalhador de sua própria produção.

Gerando ao trabalhador diversas desigualdades e vulnerabilidades sociais, uma vez que toda a sociedade é pautada nesses ganhos.

E as consequências da apropriação desigual do produto social são as mais diversas: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc.; criando “profissões” que são frutos da miséria produzida pelo capital: catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; “avião” - vendedores de drogas; minhoqueiros - vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da casa – cuidando de carros ou pedindo esmolos, as crianças mantêm uma irrisória renda familiar; pessoas que “alugam” bebês para pedir esmolos; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas; etc. Além de criar uma imensa massa populacional que frequenta igrejas, as mais diversas, na tentativa de sair da miserabilidade em que se encontram (Ednéia Machado, SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 2, N. 2, P.43, JUL./DEZ. 1999).

Contudo, a lógica de acumulação e apropriação não se limita apenas ao fator econômico, ela causa impacto também nas relações e representações sociais, portanto afeta os campos sociocultural, político e ideológico. Sendo assim, a questão social nada mais é do que, um complexo conjunto de elementos, que integram a hegemonia da lógica de acumulação do capital, juntamente com a luta de classes, o pauperismo e os problemas sociais.

Isto faz desenvolver uma sociedade extremamente desigual socialmente e economicamente e que reflete suas desigualdades diretamente e em maior escala na população que está a sua margem.

Segundo gráficos do Retrato das desigualdades de gênero e raça (IPEA, 2011) a renda das mulheres negras brasileiras é a mais baixa entre os homens e mulheres negros e brancos desde 1995, reflexo latente das expressões da questão social.

Nesse sentido e contexto capitalista a desigualdade social se relaciona estreitamente a um processo de exclusão social que para RATNER é definido como:

resultado de uma dinâmica “perversa” de acumulação e reprodução do capital, cada vez mais aceleradas pela concentração de capitais no regime de mercados e espaços globalizados. A exclusão é inerente ao sistema capitalista, como fenômeno universal e inevitável, expandindo-se em ritmo e intensidade diferentes, ao acompanhar os ciclos de expansão e recessão da economia (RATTNER, 2006, s/p.).

Esse processo se dá a partir da produção de pessoas invisíveis e marginalizadas, que em sua maioria está no contexto do desemprego, falta de acesso

à educação, saúde, lazer, cultura, ou seja, tem seus direitos básicos violados, pondo em xeque sua cidadania assegurada pela constituição.

Diante desse contexto, a população brasileira negra está diretamente ligada a esse processo de desigualdade e exclusão, pois devido à escravidão da mão-de obra dessa população, durante o período colonial, estes tiveram sua cultura abafada por um sistema que o obrigava a exercer um “trabalho forçado e constrangido (SILVA, 2008, p. 34).

Além disso, considera-se a existência de uma Questão Social ainda no período colonial brasileiro, o qual representou as raízes das desigualdades postas em nossa sociedade desde esse período até dias atuais. Um dessas desigualdades consumou na presença do racismo, como consequência da exploração da mão-de-obra escrava e a segregação histórica, social e econômica a qual a população negra fora submetida desde então.

Silva (2008), afirma “a Questão Social, se deu no Brasil, ainda que de forma latente, no período colonial, onde se é possível encontrar as raízes das desigualdades existentes em nossa sociedade até a contemporaneidade”. Deste modo entende-se que a questão social na perspectiva racial, advém de uma construção sócio-histórica que implica na ordem social até o presente momento.

Fernandes (1964) entende que “durante o período colonial, a sociedade brasileira estava embasada em um sistema produtivo escravocrata, onde a monocultura, o latifúndio, a imagem do senhor de engenho e do escravo, constituíam a base de sua organização social”.

Os escravos eram submetidos ao trabalho árduo, humilhações e castigos corporais, sendo excluídos do convívio social. Vistos tão somente como mercadorias, tanto para os comerciantes do tráfico negreiro, como para os latifundiários exploradores de sua mão de obra. Uma situação de total exploração e subjugamento que degeneram profundamente as relações sociais brasileiras (OLIVEIRA, 2012, p.3).

Aos negros escravizados não havia lugar na sociedade como indivíduos componentes da tal, mas só o lugar de geradores de riqueza sob a realidade da exploração por meio da violência. Tal realidade se estendeu por todo os 300 anos de escravização brasileira. Após a abolição não houveram processos emancipatórios, reparações político-econômicas, nem mesmo reconhecimento de sua cidadania, o destino de todos os negros não foi outra senão um caminho de total exclusão.

Ressalta-se que compreendemos a “questão social” em concordância com o posicionamento de Lamamoto (2012, p. 160) ao defini-la a partir da composição de desigualdades econômicas, políticas e ideoculturais, “mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Assim é reforçado que o racismo como expressão da questão social latente é o racismo enraizado na construção social brasileira não só na época colonial com o processo de escravização como no pós-abolição até os dias atuais. “O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, que formou a maior parte da nação. A casa grande e a senzala são o brasão dessa sociedade” (OLIVEIRA, 2018, p. 29).

Aprofundando a discussão, como já apresentado voltando olhar para a primeira relação de exploração do trabalho no Brasil, é fundamental analisar o processo de colonização, agora discutido não somente pelo olhar sócio-histórico, mas pelo olhar socioeconômico.

O entendimento da construção do capitalismo brasileiro e suas características são essenciais para discussão de suas influências nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, e assim suas relações. Davi Perez (2013), discorre sobre Florestan Fernandes (2005, p. 263-264) que decorreram três fases na emergência e consolidação do capitalismo no Brasil: A fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno (que iria da “abertura dos portos” até a sexta década do século XIX), a fase de formação e expansão do capitalismo competitivo (que vai do “último quartel” do século XIX até a década de 1950 no século XX) que foi marcada por interromper o capitalismo monopolista, se intensificando no final da década de 1950 e tem sua estruturação firmemente estabelecida após o golpe de 1964.

Na primeira fase da consolidação capitalista, sua formação foi baseada no acúmulo primitivo.

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia(...) acumulação “primitiva” (previous accumulation em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida(...) O ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador(...) O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de

subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres MARX 341 674 Patrono. (N. dos T.) como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 1984 p.339-342).

No contexto colonial, os negros escravizados foram cruciais para erguer a economia capitalista brasileira. Desse modo com o fim, da escravização, a pobreza, muito bem estruturada tomou conta da sociedade brasileira, neste momento o trabalho assalariado toma uma força ainda maior com a emigração, para que corpos brancos ficassem no lugar dos pretos, mas agora assalariados. Assim, um exército industrial de reserva, parte fundamenta da estrutura capitalista como afirma Marx (1984, p.200)

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista (MARX, 2001, p. 735).

[...] Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 2011, p.200).

Estava posto, e podemos ver até o momento atual, que ele se mantém ainda em sua grande maioria preenchido pela população negra, a mantendo-os em evidente desvantagem social e econômica.

Podemos assim dizer que a questão social, a partir da conceituação de diversos autores, como aqui já citados, se dá pelas expressões da contradição capital x trabalho, e entendendo a escravização como a primeira relação de trabalho posta, ainda que forçada, a coloca como fundante da questão social, à medida que as estruturas se apoiam em corpos pretos não somente para sua construção, mas também consolidação do sistema capitalista.

2.3 CAPITALISMO, RAÇA E CLASSE

A relação entre a construção e estruturação do racismo está intrinsecamente ligada ao sistema político econômico capitalista, atualmente adotado. Possibilitado pela escravidão no Brasil. Definindo dois momentos, entre a escravidão antiga e moderna, assim como o desenvolvimento do sistema capitalista, até o capitalismo moderno.

O tráfico negreiro foi a grande primeira atividade lucrativa do período colonial Segundo Williams (2012), “em Bristol, por volta de 1730, calculava-se que o lucro sobre o tráfico de 270 escravos podia alcançar de 7 a 8 mil libras, sem contar a receita com o marfim, também transportado nesses mesmos navios. Em Liverpool, haviam casos de lucro de 100 a 300%”. Além de possibilitar a independência comercial de alguns países.

O tráfico de escravos, pelo contrário, era ideal porque se fazia usando artigos manufaturados britânicos e, no que se referia às colônias britânicas, estava indissociavelmente ligado ao comércio da agricultura colonial, o que tornava a Inglaterra independente dos estrangeiros para o abastecimento de produtos tropicais. Além disso, os lucros colossais do comércio holandês de especiarias se baseavam numa política de restrição rigorosa à produção para garantir preços altos, ao passo que o tráfico negreiro alimentava a indústria britânica em casa e a agricultura tropical nas colônias (WILLIAMS, 2012, p. 71-72).

A Inglaterra conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. Isto servia, ao mesmo tempo, para encobrir sob o manto oficial o contrabando britânico. Na base do tráfico negreiro, Liverpool teve um grande crescimento. O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva (Marx, 2009, p. 873)

No Brasil, a implementação de sistemas econômicos foi feita pós invasão, iniciada pela colonização portuguesa. Tal implementação trouxe como característica a dominação e exploração da força de trabalho dos povos originários, bem como dos africanos sequestrados. Definindo a primeira divisão social do trabalho, assim como a divisão de classe entre senhor e escravo.

A escravidão é a negação do ser humano, cujo intuito consiste em reduzi-lo ao estado em que se explora sua força de trabalho. A escravatura não está associada a uma civilização, nem a um espaço geográfico, tampouco a determinada época: ao longo da história das civilizações, trata-se de uma das formas mais constantes da dominação absoluta de seres humanos pelos semelhantes. Definida em termos jurídicos, a escravidão transforma o indivíduo em uma coisa nas mãos de um senhor que dispõe soberanamente de seu corpo, de seu trabalho e de seus bens; à semelhança do que ocorre com um animal, ele pode ser vendido ou contratado por determinado tempo e por um preço estipulado (Carvalho; Silva, pg. 4, 2020 apud DORIGNY; GAINOT, 2017, p. 10).

Não somente a escravidão funda no Brasil, a primeira sociedade de classes, como traz características marcantes que se assemelham muito as bases estruturais do capitalismo moderno. Pode-se destacar a propriedade privada até então não experienciada, assim como bases patriarcais, que foram de extrema importância para

sua consolidação. A servidão da mulher negra, na exploração de sua capacidade reprodutiva, além da sua força de trabalho no processo de escravização, foi peça fundamental para a continuidade do sistema escravagista. Já que a mulher negra gerava a força de trabalho que construirá a economia do país. Já em relação à propriedade privada, mais importante que as terras, a força de trabalho explorada dos escravizados foi a segunda peça fundamental para estruturação econômica, sendo a mais lucrativa propriedade da época.

Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava a completa disposição de um senhor; que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação (LOVEJOY, 2002, p. 29-30).

O uso da força como repressão e controle social também pode ser destacado nas estruturas econômicas escravizadoras e capitalistas. A violência não pode ser desvinculada do processo de escravização, pois foi o meio ao qual foi possível sua efetivação, onde a condição de trabalho não se desvincula da condição de escravo, tal mecanismo continua sendo base nos processos exploratórios da força de trabalho nos moldes atuais, trazidos pelo capitalismo.

Uma terceira classe social, foi formada em um segundo momento, no qual houve a divisão do trabalho, que antes adivinha apenas do campo, para a cidade. Com o marco da burguesia. A formação e estruturação das cidades que futuramente abrigará as indústrias só foi possível por um acúmulo prévio de capital, possibilitada pelos seus excedentes de produção. Garantido pelo sistema de dominação, senhor escravo. Tal dominação também foi expressada agora pelas cidades. Com poder de dominação sobre o campo.

Tirando do campo do campo a exclusividade de mantenedora econômica, e dando lugar a indústria ao longo do tempo. As cidades desenvolveram suas forças produtivas, com crescimento populacional e maior demanda de produção, gerando

uma grande pressão por excedentes. Consolidando a dominação da cidade sobre o campo.

A maior divisão do trabalho material e mental é a separação da cidade e campo. O antagonismo entre cidade e campo começa com a transição da barbárie para a civilização, da tribo para o Estado, da localidade para a nação, e percorre toda a história da civilização, até nossos dias [...] O antagonismo da cidade e campo só pode existir como consequência da propriedade privada. É a mais crassa expressão da submissão do indivíduo sob a divisão do trabalho, a uma atividade definida que lhe é imposta – uma sujeição que transforma um homem num limitado animal citadino e o outro num restrito animal do campo e, diariamente, renova o conflito entre seus interesses (Marx, 1977, p. 118-119, 2013)

A escravidão mercantilizou pessoas, transformando-o em coisas intercambiáveis, resumindo a existência humana escravizada a atividade do trabalho, por meio de sua força sob exploração, mas não somente a exploração do trabalho, mas a coisificação, tirando sua humanidade, as igualando a qualquer objeto de trabalho, como os cavalos que puxavam carroças. Como toda exploração de trabalho, o processo de escravidão foi também processo alienador.

Embora com diferenças tangenciais, o escravismo moderno, também chamado de escravismo colonial, reproduziu na estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como instrumentum vocale, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso a redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. A escravidão moderna expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França etc., tendo como elemento escravo os filhos do continente africano (Moura, 2013, p. 149).

A escravidão, foi a atenção a uma demanda de transição de mercantilização, para o capitalismo comercial, com as grandes navegações. Em suma teve o papel principal de acumulação primitiva. Possibilitou o impulsionamento da industrialização que foi decisiva para a consolidação do modo de produção capitalista atual. George Novack (2008, p.64) afirma “a escravidão colonial cresceu como um braço do capitalismo comercial”.

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Logo segue a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o mundo por palco. Inicia-se com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha, assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra, prossegue com a guerra do ópio contra a China etc (Marx, p. 872, 2013).

A relação de racismo e capitalismo em contexto nacional está intrinsecamente ligada desde seu início. A estrutura racista foi base para a escravização de negros e negras, explorando sua humanidade por meio da força de trabalho, para construção político-econômico do país. Lovejoy (2002) conclui que, “o sistema de escravidão negra nas Américas era completamente diferente do antigo por dois aspectos: a manipulação da raça como uma maneira de controlar a população escrava e, em segundo lugar, pela racionalização econômica do sistema”. Quanto ao vínculo entre escravidão e capitalismo, pode ser abordada por duas perspectivas.

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco e amarelo; católico, protestante e pagão (Williams, 2008, p. 34).

O racismo insinuou-se não só nas estruturas sociais, formas de propriedade e modos de produção medievais, feudais e capitalistas, mas também como os valores e tradições através dos quais os povos dessas eras compreenderam os seus mundos e suas experiências (Robinson, 2000, p. 66).

Pode-se afirmar, que independente da raiz, a relação econômica e racial, que a escravidão trouxe juntamente com o capitalismo, obedeceu, primeiramente o comando do dinheiro, que após a consolidação como sistema econômico mundial, o capitalismo moldou e molda todas as relações políticas, econômicas e sociais. Trazendo em sua base estrutural um viés racial, que muitas vezes é ignorado, pelo fato de ser tão intrínseco um ao outro. “o dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro” (Williams, 2008, p. 50). Assim Williams (2008) acredita que, quanto “a origem da escravidão negra, a razão foi econômica, e

não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador, e sim com o baixo custo da mão de obra. Comparada ao trabalho indígena e branco, a escravidão negra era muito superior [...] “. Nesse caso, os fatores étnicos seriam a justificativa posterior para validação de toda atrocidade causada pela escravidão.

Diante dessa teoria o racismo seria produto da escravidão, a partir de uma escolha simplesmente econômica e lucrativa sobre a exploração de um povo (branco), sobre outro (negro). Assim, como Williams afirma “a escravidão não nasceu do racismo: foi o racismo que nasceu da escravidão... O racismo é, para nós, portanto, uma ideologia que nasceu a serviço da exploração e da opressão, assumindo inicialmente o papel de justificativa da escravidão moderna⁷ e que é, como expôs Basso, uma relação social”.

A escravidão seria então uma relação social e econômica forçadamente criada para produção, com o único objetivo fim de transição do modo de produção feudal, para o modo de produção capitalista, por meio da acumulação primitiva.

3 A VIVÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho foi construído a partir de uma natureza de pesquisa básica, com o intuito de se aprofundar a questão fundante da questão social e sua intrínseca e fundante ligação com a questão racial, para que assim compreenda-se seu impacto quanto a interseccionalidade que atravessa as mulheres negras, em principal as pobres, e seus rebatimentos no cotidiano. Appolinário (2011, p. 146), afirma sobre o objetivo da pesquisa básica, “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Helena Nader (s/p. 2019), em entrevista para a Agência Fapesp afirma que a pesquisa científica básica, “é condição para o desenvolvimento. É um elo fundamental de uma cadeia que começa na formação do indivíduo e beneficia a sociedade toda.”

. Para apreensão do tema proposto e para que fosse possível dar visibilidade às vivências da mulher negra em suas diversas expressões como forma de evidenciar o racismo foi usado a pesquisa exploratória, “têm como propósito proporcionar maior

familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, s/p., 2019). Já segundo Leão (2017, p. 168), as pesquisas exploratórias “conduzem apenas a hipóteses, não verificam, nem demonstram”. Por esse motivo, em complemento será usada a pesquisa descritiva para fins de acúmulo teórico, e vivencial, além da contribuição com a discussão do serviço social em relação a questões raciais, também como forma de combatê-lo. Segundo Gil (s/p.2017) “pesquisas que buscam levantar a opinião, atitudes e crenças de uma população”.

Para a abordagem de tais questões será utilizada como procedimento técnico a pesquisa quantitativa. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, pg.22-23, 2001) Através de levantamento de dados com pesquisas já feitas por órgão e ou instituições a fim de concretizar os efeitos e impacto das questões que tangem o presente tema, e principalmente apontar e dimensionar sua proporção. Também será utilizado a pesquisa qualitativa para revelar a subjetividade de tais impactos. Tendo o objetivo igualmente de salientar as pesquisas e construções de conhecimento sobre o tema dentro do serviço social e sua contribuição para a atuação profissional. Denzin e Lincoln (2006, pg.15) afirmam que “a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”.

O trabalho foi desenvolvida mediante pesquisa bibliográfica para abordagem do problema, como afirma Severino (pg.122, 2007), se dá a partir do “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”. Dando preferencia a autores negros, haja vista o epistemicídio¹ ocasionado pelo racismo estrutural, quando não, autores com proximidade a questões raciais, marxistas, ou referências do serviço social.

Tendo como método de abordagem a perspectiva do materialismo histórico dialético “A dialética, ou mais especificamente, a dialética marxista, surge, portanto, como uma tentativa de superação da dicotomia entre o sujeito e o objeto” (Reis, pg. 5, 2020).

Conversando com a realidade posta as mulheres negras e entendendo a história como processo dessa construção da estrutura social. Será usado como

metodologia a escrevivência podendo assim entender os processos e a história das mulheres negras.

Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem. Isto, para este pensador, só foi possível a partir da reinterpretação do pensamento dialético de Hegel. A separação sujeito-objeto, promovida pela lógica formal, não satisfazia a estes pensadores que, na busca da superação desta separação, partiram de observações acerca do movimento e da contraditoriedade do mundo, dos homens e de suas relações. [...] É com esta preocupação que Marx deu o caráter material (os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida) e o caráter histórico (como eles vêm se organizando através de sua história) (Maria Pires, pg 84, 1997).

Entendendo que as estruturas influenciam diretamente a realidade, e que o racismo estrutural está atravessado a essa estrutura, e que a vivência e o cotidiano dessas mulheres são a materialização da realidade, em resposta ao processo histórico posto. Enfatiza-se aqui a importância da vivência como conhecimento, e da participação dessas mulheres, como porta voz de sua história.

Escrevivência é um termo literário, culminado por Conceição Evaristo, tal termo baseia-se no olhar para a condição da mulher negra na sociedade atravessada por diversos preconceitos. Há uma dualidade no conceito da escrevivência que se apresenta, “é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta”.

É uma longa história. Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande (Conceição Evaristo, s/p, 2020).

A escrevivência se dá no sentido de trazer voz para quem não as tem, de elucidar sutilezas ou substancialidades que passam despercebidos aos olhos do coletivo no cotidiano. Como forma também de denúncia as barbáries que atravessam as mulheres negras causadas pelo racismo estrutural e esbarradas por todas as questões de preconceitos interseccionadas a ele, que fazem ser o que é a estrutural social atual. “A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.” (EVARISTO, 2007, p.21).

Dá valor às histórias contadas por mulheres negras, sobre mulheres negras, quebra com a lógica racista e visão eurocêntrica de narrativas com a perspectiva na centralidade branca e patriarcal. Descreve e escreve, e constrói conhecimento a partir de uma vivência única experienciada somente por mulheres negras, quando induz também a quem escreve a olhar para si e dar valor a sua história e vivências, também como fonte imensurável de conhecimento.

Conceição Evaristo (2020) escreve “com base no que chama de “escrevivência” – ou a escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo –, ela compõe romances, contos e poemas que revelam a condição do afrodescendente no Brasil”. E partindo da perspectiva do silenciamento de pessoas negras, sobretudo quanto a sua capacidade e oportunização de construção de conhecimento e narrativas de seu povo, podendo ser conceituada como epistemicídio, é de extrema importância discutir sobre a oralidade para narrativas negras.

Por que buscamos fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam. É mais do que isso. É porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia. [...] Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. “Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente”. (PORTELLI, 2010, p.3)

Mais do que o poder de fala e escuta, que ainda é negado ao povo negro, ha uma bagagem que a oralidade tras, e é necessário racializar tal conceito e entende-lo

enquanto ferramenta de manutenção identitária e cultural, tal como ferramenta de resistência para o povo escravizado até hoje. O epistemicídio pode ser definido da seguinte forma: “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (Santos, 2009, p. 183).

A oralidade foi resistência. Recém chegados no Brasil os negros escravizados sofreram a violência do apagamento e da negação. Não eram chamados nem por seus nomes, proibidos de cultivar seus Deuses, sua cultura e tradições, foram afastados de sua família e de seu povo, não tendo incomum com seus pares nem mesmo a língua. A oralidade foi também mecanismo de defesa, e a bagagem que permitiu que saberes ancestrais se mantivessem vivos, e África se mantivesse presente.

Mas como elemento dinâmico que faz a ponte entre passado e futuro – que permite compartilhar experiências e indicar rotas de luta, novos caminhos. Acima de tudo, o movimento negro lutou por manter esses ancestrais vivos na memória, e esta luta determinou a escolha de estratégias políticas e educacionais fortemente arraigadas numa oralidade. Tem sido fundamental também para a conservação dessa memória a organização e manutenção de grupos culturais que, através de letras de canções, loas e toadas, ou atuações teatrais e performáticas, levam para o grande público histórias e mitos dos ancestrais (Isabel Guillen, pg 4, 2013).

O epistemicídio é mais uma das diversas ferramentas de controle e manutenção das estruturas racista que definem a construção social e também do que é conhecimento e do que é saber. O caráter violento que o epistemicídio trás é tão destrutivo quanto o genocídio do povo negro. O epistemicídio age na dominação da raça e nega o saber do povo negro tanto na sua construção, quanto ao seu acesso, invisibilizando e negando o reconhecimento de sua humanidade e enquanto uma população como sujeito de direitos.

[...], mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista [...] tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (Souza, 1995, p. 328).

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Se faz mais que necessário a construção de conhecimento negros, com perspectivas negras a partir da riqueza e potencia da escrevicencia. Em um contexto onde o apagamento e silenciamento de vozes negras se faz presente.

História é poder. E uma das bases que alicerçam o racismo é o epistemicídio. O epistemicídio chega antes da bala, chega antes da corrente, chega antes das violências e das desigualdades. Porque, se você não tem uma base que alicerça uma história humana que não seja uma história somente de açoite e chicotes, o que você reconhece na nossa população e como isso cria, na nossa subjetividade, um lugar de desumanização das nossas populações negras. Então, quando você reintegra a história, você reintegra uma possibilidade de reconhecer esses sujeitos que não seja pela desumanização (Katiúscia Ribeiro, s/p., 2020).

3.1.2 UNIVERSO DE PESQUISA E AMOSTRA

A gestão 2017-2020 do CFESS-CRESS pela primeira vez teve como tema de campanha: “Assistentes sociais no combate ao racismo!” evidenciando a questão racial como questão mais que importante para atuação profissional, e para além de uma temática, convocando a categoria a olhar para a temática, firmando também como um compromisso. Ao conduzir a fala no lançamento da Campanha de Gestão do Conjunto CFESS-CRESS 2017-2020 “Quero começar dizendo que *‘Assistentes sociais no combate ao racismo’* é muito mais do que uma campanha. É uma convocação à nossa categoria, que já passa de 180 mil profissionais inscritos/as”. Josiane Soares presidente do CFESS. Sendo realizado também uma análise quanto ao posicionamento e trabalhos realizadas durante a gestão 2017-2020.

O tema da campanha foi aprovado coletivamente no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS, em 2017, em Brasília (DF). De acordo com a presidente do CFESS, o contexto mundial de barbarização da vida social sob o capitalismo, “em que a desigualdade parece não ter mais limites para crescer e se reproduzir, reflete uma situação que tem sido *‘fermento vivo’* para revigorar o conservadorismo em seus diferentes matizes e fazer ressurgir des-valores que julgávamos superados por

lamentáveis experiências históricas recentes, como o nazi-fascismo. Em meio a vários aspectos emblemáticos desse nosso tempo de desvalores, sem dúvida, o racismo é central”, explicou Josiane Soares (CFESS, 2018, s/p.).

A unidade de pesquisa deste trabalho contará de forma qualitativa com a análise a partir do posicionamento da gestão “Assistentes sociais no combate ao racismo!”, a partir de seu posicionamento, e as propostas de debates, práxis e construção de conhecimento que a gestão se propõem a defender.

Se aprofundando em uma análise da conceituada revista Serviço Social e Sociedade, evidenciando publicações sobre a temática racial, focalizada nas mulheres negras, com publicações do ano de 2017 a 2019, a fim de explorar suas discussões, posicionamento e produções científicas a fim de analisar seu compromisso com a temática. Sendo o intervalo no qual a gestão CFESS-CRESS firmou compromisso com tal temática. Entendendo também a influência de tal posicionamento nas construções científicas da categoria.

É de extrema importância ressaltar a escolha do material a ser analisado e revisado como amparo da construção da presente pesquisa. O Serviço Social divide território entre a atuação profissional e área de conhecimento, uma ciência muito particular.

Nos últimos anos venho refletindo sobre a possibilidade de tratar o Serviço Social brasileiro a partir de duas dimensões inerentes à sua constituição nesta quadra histórica: como profissão e como área do conhecimento. É necessário salientar que esta abordagem, assim anunciada, não revela qualquer ineditismo, visto que vários intelectuais da área já fizeram referência ao tema ao tratar sobre a produção intelectual do Serviço Social brasileiro a partir dos anos 80 do século 20 (Ana Mota, pg.18, 2013).

A revista Serviço Social e Sociedade, estabelecida como referência para a classe, atua não somente como espelho da realidade científica e profissional, como base para construção de debates da classe, dita as novas perspectivas da classe profissional assim como é usada como base para o cotidiano profissional na práxis. Criando um movimento cíclico que conversa com a realidade.

A Revista Serviço Social & Sociedade surge numa conjuntura de profunda efervescência da sociedade brasileira (1979), quando já tornava madura a luta para a derrubada da ditadura militar implantada no país em 1964. Conjuntura de ampliação do movimento sindical e popular independentes; de criação do Partido dos Trabalhadores; de grande expressão da organização dos assistentes sociais, manifesta

pela atuação das organizações locais, estaduais e nacionais e pelas alianças com os trabalhadores e com o movimento popular, cuja maior expressão foi a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo, e a XXI Convenção Nacional da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), realizada em Natal; pelo rompimento com o conservadorismo do Serviço Social e pela consolidação de um projeto profissional de ruptura configurado nas três dimensões da profissão: acadêmica, organizativa e de intervenção da prática profissional na sociedade (SILVA, 2009, p. 2).

...o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (Ana Mota, pg 18, 2013).

A partir de tal afirmação a retratação da realidade social e profissional nas construções de pensamento são de extrema relevância. Não somente para se observar a realidade do Serviço Social enquanto ciência e construção de pensamento, assim como, para analisar quanto a realidade social e profissional é representada pelas mesmas. Em seu código de ética, a categoria assume o compromisso com a luta contra as opressões de qualquer modo em sua atuação, diante mudanças sociais.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou, no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (Código de Ética do/a Assistente Social, 1993, p18) Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11).

Sendo assim assume o compromisso relacionado a questão étnico/racial a partir dos seguintes artigos:

Princípios Fundamentais VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Código de Ética do/a Assistente Social, 1993, p18 - Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11).

Quanto a escolha do período a ser estudado (2017-2019), mediante contexto sócio-político e econômico impactados pela pandemia mundial causada pelo vírus (SARS-CoV-2) causando a doença COVID-19. E ainda, analisando a gestão políticoeconômica do país em tal período, constata-se que a questão de saúde mundial impactou diretamente na realidade social brasileira. Expondo e agravando ainda mais as desigualdades sociais e trazendo atona os desdobramentos e consequencias no cotidiano da população brasileira, ainda mais daquelas que fazem parte de algum grupo minoritário, como as pretas e probres agravadas pela questão social.

Quanto a pesquisa quantitativa será analisada a base de dados disponibilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), bem como outros dados disponibilizados por agências de levantamento e tratamento de dados a nível nacional, condizentes com a temática abordada, no mesmo intervalo de tempo (2017-2019), caso não, baseada nas publicações mais recentes, a fim de não comprometer a atualidade dos dados utilizados.

3.1.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE

A pesquisa qualitativa, será feita com acesso aos meios cabíveis, aqui já mencionados entre maio/2022 e out/2022 e suas datas de acesso serão disponibilizados de forma detalhada em anexo por meio de tabela. Serão utilizadas edições da revista Serviço Social e Sociedade disponibilizadas de forma virtual pelo site Scielo (<https://www.scielo.br/j/sssoc/grid>), em forma de artigos, editoriais, depoimentos e homenagens.

No ano de 2017 a 2019 foram publicadas 3 edições em cada ano, totalizando 9 edições, nos quais foram analisadas 92 publicações ao total. Nas quais será analisado, não somente seus conteúdos, mas também a periodicidade, a quantidade e a abordagem de publicações da temática racial, visto o número total de publicações. A fim de dar base ao debate aqui iniciado, sobre o comprometimento da categoria enquanto construção e publicização de conhecimento referente ao assunto abordado.

Dos artigos publicados a análise será feita a partir da classificação dos temas a partir das palavras chave, respeitando o/a autor(a). A análise dos dados será desenvolvida de forma descritiva, respaldada através da pesquisa bibliográfica percorrida no desenvolvimento do presente trabalho. Além de estabelecer relação por forma de análise crítica entre os dados quantitativos e qualitativos adquiridos. Através dos métodos comparativo, estatístico e histórico.

3.2 AS MULHERES NEGRAS NA LITERATURA ESTUDADA

Como base da pirâmide social, a mulher negra é a mais atravessada pelas desigualdades e opressões da sociedade. Com um maior aprofundamento quantitativo, melhor desdobrado a seguir, as estatísticas mostram que por todas as violências vivenciadas pela mulher negra, é essa a maioria a acessar os meios pelos quais se dá a atuação profissional do serviço social. Seja pela assistência social, pela saúde, ou qualquer outra área possível de atuação.

Sendo assim, quando não há um movimento consolidado de construção de conhecimento para respaldo no debate e atuação profissional sobre questões étnico raciais, é negado acesso pleno a qualquer que seja a política social que essa mulher negra adentre. Quando não há embasamento científico quanto às questões étnico raciais a práxis se esvazia. Porque a teoria não dá base para uma práxis crítica e realista.

Como coloca Silvio de Almeida, não se discute capitalismo sem discutir raça, não se discute classe sem discutir raça. Sendo a questão racial o pilar fundante e central da sociedade brasileira, sendo assim é questão fundante de toda a construção e estruturação da base que desembocam nas questões que permeiam as relações sociais individuais e coletivas brasileiras.

Questiona-se aqui se o serviço social enquanto construção de conhecimento respalda ou se afasta da realidade da atuação profissional? Falta um compromisso enquanto classe profissional quanto a questão étnico-racial, em suas pesquisas e atuação profissional? Há um déficit quanto à discussão ou relevância dessas questões na formação inicial e continuada dos futuros ou já profissionais? A práxis tem a como ao menos elemento da construção de criticidade a questão racial? “a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 105).

A mulher negra, mãe solo, chefe de família é a principal usuária dos serviços da assistência social. A práxis vem atendendo a realidade de forma ampla e crítica?

[...] É importante esclarecer que estamos nos referindo não só as ações dirigidas diretamente às mulheres, mas também à inserção de ações e diretrizes no âmbito das políticas amplas ou estratégicas que visam alterar a lógica das desigualdades, contemplando as dimensões de classe, gênero e raça/etnia⁹³ (CARLOTO e MARIANO, 2010, p.140).

De forma nenhuma a intenção ou objetivo dessa pesquisa permeia a a desqualificação de todo ou qualquer construção de conhecimento ou autores(as) analisados. Tendo como objetivo evidenciar como, quando e como a categoria debate as relações que permeiam as mulheres negras, em um espaço de construção e socialização de conhecimento tão relevante para a profissão. Para além de objeto de estudo, há sim uma inquietação quanto ao protagonismo, de vida e história de mulheres enquanto articuladoras e peça fundamental para a movimentação social e científica que também são de sua posse.

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática (NASCIMENTO, 2018, p.42).

A revista Serviço Social e Sociedade, além de grande relevância carrega o privilégio de se comunicar e influenciar os profissionais de todas as regiões do país. Tal periódico protagoniza a discussão e construção do conhecimento crítico e desenvolvimento acadêmico, técnico e científico nacional. Espelhando a verdadeira e atual conjuntura social brasileira da profissão, que conversa com todos os setores e frentes profissionais desde a apresentação da profissão na graduação, passando por atuantes, docentes, pesquisadores e pós graduandos, sendo base e referência até para profissionais ou pesquisadores de outras áreas do conhecimento que conversam com o Serviço Social.

A Revista Serviço Social & Sociedade surge numa conjuntura de profunda efervescência da sociedade brasileira (1979), quando já tornava madura a luta para a derrubada da ditadura militar implantada no país em 1964. Conjuntura

de ampliação do movimento sindical e popular independentes; de criação do Partido dos Trabalhadores; de grande expressão da organização dos assistentes sociais, manifesta pela atuação das organizações locais, estaduais e nacionais e pelas alianças com os trabalhadores e com o movimento popular, cuja maior expressão foi a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo, e a XXI Convenção Nacional da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), realizada em Natal; pelo rompimento com o conservadorismo do Serviço Social e pela consolidação de um projeto profissional de ruptura configurado nas três dimensões da profissão: acadêmica, organizativa e de intervenção da prática profissional na sociedade (SILVA, 2009, p. 2).

Tendo como objetivo central a identificação de temas pertinentes a realidade das mulheres negras, que contemplem questões de raça, gênero e classe de forma interseccional ou não. Para que assim entenda-se o debate a cerca de tais questões.

No ano de 2017 foram publicadas 33 produções, estando entre elas editoriais, artigos, homenagens e depoimentos. Tendo como temas publicados a relação que se encontra na tabela 1. Na primeira edição do ano, de número 128, das 13 publicações 4 abordam a questão racial como embasamento para debater os temas propostos. Sendo eles:

- O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário;
- 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão*;
- 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura;
- Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social.

Na edição de número 129, houveram 10 publicações, e apenas uma que aborda a questão racial no artigo “Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro”. Destaca-se aqui algumas das palavras chaves das demais publicações, (Capital mercantil. Escravidão. Colonização. Marxismo), no artigo “Sentido da colonização e revolução brasileira: crítica de caracterizações do modo de produção colonial”; (Formação política. Universidade pública. Movimentos sociais), no artigo “Que a universidade se pinte de povo*”.

Na edição número 130, também houveram 10 publicações, sendo elas 1 editorial e 9 artigos. Com novamente apenas um artigo com a questão racial abordada, “Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos” cita a questão

de raça como ponto do agravamento da questão social, porém não se desdobra no debate.

Já no ano de 2018, na edição número 131, houveram 9 publicações, sendo todas artigos, na publicação “ "Nenhum passo atrás": algumas reflexões em torno da redução da maioria penal” há o debate racial, sendo somente essa a publicação a trazer a temática racial para o debate na edição.

Na edição de número 132, uma edição com tema central na questão de gênero, com um total de 8 publicações, há 7 publicações em que é abordado a questão racial.

Tendo um número alto de publicações com a temática abordada, acerca de temas como feminismo, direitos e lutas nos quais a maioria faz um debate muito interessante e insere a questão racial como integrante comum do tema há dois destaques interessantes. No artigo “Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais”, há apenas duas citações da questão racial, não há uma reflexão sobre a questão da individualidade das mulheres negras; E no artigo “Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo” na produção a autora cita o racismo apenas uma vez.

A edição de número 133, é um destaque especial nessa análise. A edição aborda apenas temas etni-raciais centrado o debate em questões da população negra e indígena. É de extrema importância uma edição centrado em questões sociais da população não negra, visto que expressa e estampa as problemáticas sociais da maioria da população. Dentre os temas abordados os direitos humanos e o racismo institucional foram os mais citados. A edição é completa e aborda a temática racial de ângulos diferentes, passando por temas como criminalização da juventude negra, luta contra exploração, resistência negra, relação de classe e raça, e colonialidade e diáspora.

No ano de 2019, a edição número 134 tem 11 publicações, sendo elas 10 artigos e 1 editorial e não há sequer alusão a temática racial. Destaca-se aqui o artigo “A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social”. Pelo 13º ano consecutivo o Brasil é o país que mais mata trans e travestis no mundo, segundo relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), segundo a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) 2019, 82% das pessoas transexuais assassinadas no Brasil em 2019 eram negras “falar sobre mortes de transexuais e

travestis é também falar sobre o genocídio da população preta.” Giovanna Heliodoro (2021).

Na edição 135, com novamente 10 publicações sendo 9 artigos e 1 editorial, a temática racial foi citada apenas uma vez, trazendo as contribuições do movimento negro no artigo “Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política”.

E como última análise, a edição de número 136, com 11 publicações tendo em sua composição 1 editorial, 1 resenha, 1 homenagem e 8 artigos, há 2 artigos nos quais a questão racial é abordada. No primeiro “Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)*” que evidencia as problemáticas da estrutura judiciária e o encarceramento em massa de jovens negros em um debate sobre direitos humanos, além de trazer para o debate a enraização da opressão racial e suas expressões em sutilezas do cotidiano. Já no artigo “O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil*” que trás o racismo como reprodução da desigualdade social compondo as expressões da questão social, seu impacto, e seu enfrentamento cotidiano da classe profissional.

Vemos no total 9 edições com poucas contribuições a cerca da temática racial e a destinação de uma única edição com a temática racial como centro reforça o compromisso ético-político da categoria quanto a luta e opressão racial, dar voz e se desdobrar sobre tais questões, não só é necessário como compromisso profissional. Visto que o epistemicídio é ferramenta poderosa da estrutura capitalista, e base mantenedora extremamente eficaz do sistema de dominação racial. Porém, a outra face da moeda nos leva a questionar o posicionamento político, e o comprometimento acadêmico e profissional quanto a construções científicas que conversem com a realidade.

Não podemos aceitar que a História do Negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa História, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando. Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática (NASCIMENTO, 2018, p.42).

Segundo as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) a base teórica curricular, assim como, a construção de conhecimento define como objeto da profissão a questão social, para além uma construção pautada em suas expressões que conversem com a realidade. Assim, é importante refletir qual o impacto de construções científicas que não conversem com a questão racial em sua totalidade, e como e até quanto o tema está bem difundido na classe profissional como uma base das opressões, e não somente como caso excepcional e isolado.

Gênero e raça-etnia são sistematicamente apropriadas pelo modo de produção capitalista e, logo, são estruturantes das desigualdades. Incorporar a interseccionalidade como uma categoria de análise em nossas produções não como uma opção, mas uma proposição metodológica ética que caminha na contramão do histórico pacto que articula capitalismo, patriarcado e racismo no Brasil (LIRA, 2019, p22.).

3.3 AS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS

De acordo com o IBGE a população negra é composta pelos grupos que se auto declaram pretos ou pardos. Em 2021, segundo PNAD, população negra representou 54,5%. Fora do continente africano, o Brasil é o país com maior concentração de população negra, sendo 27% da população brasileira representada por mulheres negras.

Cotidianamente violentadas pela vivencia do que é ser uma mulher negra no Brasil, perversamente rodeadas e atravessadas pelo racismo e sexismo interseccionalmente, de forma muito particular, ao qual foi construído e estruturado somente pelo fato de serem mulheres e negras.

a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127-128).

Analisando as estruturas desiguais sistemicamente construídas em bases de gênero e raça, será apresentado aqui a realidade vivenciada por mulheres negras em consequência da violência resultante do cotidiano inserido no modo de produção

capitalista. Que e ao mesmo tempo se debruça e aniquila corpos pretos em sua ciclicidade monstruosa.

Os dados do PNUD (2015), evidencia a as desigualdades do país e demonstra não só a falta de avanço do Estado Brasileiro e seu comprometimento com o rompimento das desigualdades sociais, mas seu retrocesso, o Brasil ocupa a 10ª posição entre os países mais desiguais do mundo em um ranking de 140 países, e é o quarto da América Latina ficando à frente apenas do Haiti, Colômbia e Paraguai. Se ampliarmos tal desigualdade podemos comparar a dicotomia geografica social entre o branco centro-sul com taxas de crescimento econômico e IDH próximos de países desenvolvidos, já na negra norte-nordeste o IDH tem uma diferença de quase 0,100 comparado ao centro-sul. Segundo o Atlas BR 2021, a região sul tem um IDH de 0,754, a região nordeste tem um IDH de 0,663.

Em situação de extrema vulnerabilidade, e como base da pirâmide social, as mulheres negras apresentam os piores indicadores dentre a sociedade, o qual escancara a realidade perversa em que estão inseridas. São elas 58,8% das vítimas em casos de violência doméstica, são 65,9% das que sofrem com a violência obstétrica, como aponta a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), além de serem também as que mais morrem em decorrência do parto, ainda 53,9% delas enfrentam desigualdade no ambiente de trabalho segundo o IBGE, tendo como rendimento médio mensal apenas 30% do rendimento médio de homens brancos IPEA (2003), representando a população com mais baixa renda brasileira. O relatório “A distância Que Nos Une”, da Ong Oxfam-Brasil (2017), apresenta que levaria dois séculos, desde a abolição da escravatura, para equiparar a renda entre negros e brancos. “O projeto genocida contra a população negra não cessou em 1888, continua a nos matar de todas as formas e com relação às mulheres negras, foram empurradas à invisibilidade pelo império do silêncio mobilizado com armas e estratégias ainda mais poderosas” Priscila Lira (2019).

Como já relatado, após a abolição da escravatura, mulheres negras continuaram a trabalhar nas casa de, agora seus ex-senhores, ocupando o mesmo lugar de cuidadora e mantenedora das casas sendo cozinheiras, empregadas domésticas, e amas de leite, Segundo NPEGen (2022), O trabalho doméstico mostra-se tipicamente feminino e negro. As mulheres representaram 93,2% do trabalho doméstico sem carteira, sendo 61,6% mulheres negras. Desde o Brasil colonial a submissão de mulheres negras no mercado ded trabalho doméstico reforça ainda

mais as opressões socio-raciais e coloniais que o Brasil herdou, empurrando-as sistemicamente a base da pirâmide social, com a cultura da subserviência de mulheres negras as famílias brancas.

Analisando o Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida de mulheres negras no Brasil, (2013), é possível observarmos de uma forma geral a vivência e o papel social dessas mulheres. 51,1% famílias se declararam chefiadas por mulheres negras; estas recebiam em média metade do rendimento (51,1%) das mulheres brancas. Sua renda per capita familiar era cerca de 40% do que recebiam as mulheres brancas. Na extrema pobreza, estavam 48% homens, 52%, mulheres, e aproximadamente, 74% deste contingente era constituído por pretos, pardos e indígenas. Segundo PNAD 2017 a renda percapta de pessoas brancas foi de R\$1.144,76, enquanto de pessoas negras foi de 580,79.

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” - aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais, a exemplo das babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital -, são diariamente vítimas de assédio moral, violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada carga tributária. A descrição e o enquadramento estrutural dessa situação revelam o movimento real da divisão de classes, e dos mecanismos institucionais do capitalismo (ALMEIDA, 2018, p.146).

Em 2014, O Cadastro Único revelava “feminização da pobreza”, cerca de 88% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família eram mulheres, dessas 73s eram famílias negras, das quais em 68% delas, a pessoas de referência era uma mulher negra. Seguindo por esse sentido em comparação a mulheres brancas a taxa de desemprego de mulheres negras excede os 130%, em comparação a taxa de emprego de empregos de homens brancos, a disparidade é de 30% PNAD 2015.

Como afirma Borges (2009) “o projeto genocida contra a população negra não cessou em 1888, continua a nos matar de todas as formas e com relação às mulheres negras, foram empurradas à invisibilidade pelo império do silêncio mobilizado com armas e estratégias ainda mais poderosas”. O Mapa da Violência de 2015 aponta:

- a. “Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País;

- b. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair¹¹, enquanto aumentam as taxas de mortalidade entre os negros;
- c. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra¹² cresceu de forma drástica.”

Sendo assim, podemos observar através dos dados que o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8% no total de homicídios enquanto houve um aumento de 54,2% de homicídios a mulheres negras no mesmo período. Em relação a vítimas de violência pela lei Maria da Penha (2006), o número cai 2,1% entre as mulheres brancas e aumenta 35,0% entre as negras, no período de 2003-2013. Em média 54% das mulheres brancas procuraram a polícia, contra 50% das mulheres negras, porém apenas 44% mulheres negras conseguem formalizar a denuncia. É fundamental levarmos em consideração para além das dificuldades de mulheres em formalizar a denuncia pelo machismo e sexismo incorporados em tal processo e ainda o descrédito de sua queixa, o racismo institucional e a violência racial reproduzidos.

É fundamental considerar os aspectos da violência racial especificada por gênero que acomete as mulheres negras brasileiras. Esta experiência tem sido profundamente invisibilizada e negligenciada, seja pelas políticas públicas, seja pelos trabalhos acadêmicos e pelas instituições de pesquisa, que geralmente não costumam avaliar o fenômeno por raça/cor e gênero, que se conforma apenas com uma das características - ser o negro ou o ser a mulher (ROMIO, 2013, p. 155).

Além disso, a política de genocídio da população negra assassina um jovem negro a cada 23 minutos no país (ONU Brasil, 2017), recaindo sobre as mulheres negras com a morte de seus filhos, companheiros e irmãos. A cada 23 minutos uma mulher negra entra em luta pelo assassinato estendido as suas famílias. Com a maioria das mortes causadas pelo Estado, essas mulheres tampouco tem direito ao luto, quando lutam por justiça. Auto de resistência ¹⁹é em sua grande maioria a justificativa

¹⁹ “Auto de Resistência” é uma classificação rotineiramente utilizada para se evitar que os policiais sejam responsabilizados pelos homicídios, já que eles alegam ter atirado em legítima defesa. O problema é que ninguém tem o direito de tirar uma vida com base apenas na chamada "resistência à prisão". Hoje essas mortes são denominadas "mortes em decorrência de ação policial", e continuam sendo uma prática comum da polícia. Conteúdo disponível no documentário “Ato de Resistência”, Ganhador de melhor documentário no Festival É Tudo Verdade 2018.

da violência cometida, tendo como desfecho inquéritos arquivados, isso quando não há ocultação dos corpos.

Então, por que essa luta não sensibiliza? Por que a morte de negros não sensibiliza? Não sensibiliza porque nós somos vistos pela sociedade capitalista como marginais, como seres com menos valor, portanto, alvos fáceis dos aparelhos de repressão, da violência. Isto está no imaginário das pessoas. (ALMEIDA, 2013, p. 236).

Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência e transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita, é uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada (BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004, p.635).

O Estado mata nossos filhos, abandona os familiares e não dá nenhum apoio. Essa reparação psíquica é necessária. E a gente também vem com a reivindicação da reparação econômica, porque muitas mães são mãe e pai, vítimas do machismo. Ela cria o filho sozinha e depois os filhos são executados e essas mulheres não têm uma dignidade, não podem trazer o sustento porque a depressão e a impunidade matam essas mães lentamente. Débora Silva, fundadora do Movimento Mães de Maio (Brasil de Fato, s/p, 2017)

Para além do risco de vida por violência, segundo PNAD 2017 a longevidade média do Brasil foi de 0,85, enquanto para pessoas branca foi de 0,86 e para pessoas negras foi de 0,81. A expectativa de vida de mulheres brancas era de 73,8 anos, já das mulheres negras esse número cai para 69,5 anos. Em relação as taxas de mortalidade por agressão, a taxa bruta nacional foi de 30,25, equanto que para pessoas brancas foi de 6,68 e para pessoas negras foi de 22,88. Segundo Ministério da Saúded o risco de suicídio entre jovens negros do sexo masculino entre 10 e 29 anos é 45% maior do que entre jovens brancos da mesma faixa etária. Segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2021, 76,2% das pessoas assassinadas em 2020 eram negras e a chance de um negro ser vitima de homicidio no Brasil é 2,6 vezes maior do que a de uma pessoa não-negra. As mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de 5,2, o dobro se comparado a mulheres não negras.

No contexto da vivência do racismo, o suicídio é quase a visualização, a performance da condição do sujeito negro em uma sociedade branca na qual ele é invisível. Essa invisibilidade é performada através da realização do suicídio e pode significar o grau máximo de dor, ou ainda o desejo de exercer o que provavelmente seja sua única autonomia, que é determinar sua própria existência (Grada Kilombo, pg 21, 2019).

Como fruto do período colonial, a cultura do estupro é herança herdada, no Brasil a cada hora 7 mulheres são estupradas, em sua maioria vítimas de até 14 anos, resultante de uma sociedade machista, patriarca, misógena e principalmente colonialista. Segundo Fórum Nacional da Segurança Pública, a mulher negra é a maior vítima de violência sexual. Em 2021 foram 52,2% da vítimas. A chance de uma mulher negra ser estuprada é 11,3% maior do que uma mulher branca.

Como já foi apresentado a necropolítica é um posicionamento tomado pelo Estado para agir em função da morte de um determinado grupo, no qual no Brasil opera não somente, mas como um dos principais mecanismos, através do genocídio da população negra. Tendo suas bases de ação na morte, encarceramento em massa e restringindo o acesso a saúde. O relatório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), confirma que a população negra tem menos acesso à saúde se comparada à branca. Em 2009 foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, porém, segundo dados obtidos pela organização de mídia Gênero e Número revela que apenas 28% dos municípios do país haviam colocado a política em prática em 2019.

A falta de acesso a saúde para mulheres, encontra o agravante no processo de gerção da vida. As mulheres negra representam 62,8% das vítimas de morte materna, sendo a violência obstétrica acometida em sua grande maioria a esse grupo. Segundo IPEA 2014 65, 9% delas afirmam já ter sido vítimas de violência obstétrica. o artigo "*A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil*" de 2017, comprova que mulheres negras sofrem mais no parto pelo mito de que são mais fortes. Tendo duas vezes mais riscos de morte durante o parto, de acordo com dados do Ministério da Saúde de 2008 a 2017. "O que a gente encontrou foi que, durante a episiotomia, que por sinal não é mais uma prática que se recomende que seja feita, a chance de a mulher negra não receber anestesia é 50% maior." Maria do Carmo (2017).

Como terceira ponta dessa triade da morte destaca que a raça da mulher encarcerada é negra representando 68%, com a média de idade entre 18 e 29 anos (50%), sendo em sua maior parte mães, pobres, periféricas e sem antecedentes criminais cumpre regime fechado, segundo INFOPEN (2018), e segundo (ALVES, 2017) O encarceramento na maioria das vezes ocorre em função do envolvimento com atividades relacionadas ao tráfico e ao transporte nacional e internacional de drogas. 3 em cada 5 mulheres que se encontram no sistema prisional respondem por tráfico.

Atualmente, o país conta com uma população prisional feminina de 42 mil presas. No período de 2000 a 2014, o aumento dessa população foi de 567,4% enquanto a média de crescimento masculino no mesmo período foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente nacional do encarceramento em massa de mulheres. Deste total 68% são mulheres negras (Dina Alves, SESC SP in: Mulheres negras: as mais vigiadas, punidas e mal pagas, s/p, 2021).

Em decorrência da pandemia (COVID-19¹), entende-se que a vulnerabilidade social se agrava, como a dificuldade do acesso ao SUS (Sistema Único de Saúde), em situação de insegurança alimentar, acesso à justiça, auxílios e PTR's, desemprego e dificuldade de inserção e reinserção no mercado de trabalho, e saneamento básico. Atualmente as mulheres negras são as que mais buscam pela assistência social, 73,88% dos titulares do Programa Bolsa são negros (DATA SOCIAL, 2015). Sobre o total geral de beneficiários titulares do Programa, 93% são mulheres e 68% destas são negras, sendo que o sudeste do país e outras regiões mantêm estas proporções. Tem-se então este segmento, sobretudo, as mulheres negras, como a maioria atendida no SUAS, incluindo o acesso a equipamentos públicos como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a que os(as) beneficiários(as) do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) possuem prioridade no acesso. Com um amplo escopo de atendimento, esquadriado.

A pesquisa "Indicadores de Referência de Bem Estar" de São Paulo (2017), indica que: "As mulheres negras deveriam ser a população prioritária de todas as políticas públicas". O acesso as políticas sociais, bem como os serviços públicos ainda são espaços excludentes e que para além, podem ser mais uma ferramenta de reprodução dessas históricas desigualdades, além do racismo institucional estruturado através de ações sexistas e racistas direcionadas por ação ou omissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não cabe a uma pesquisa acadêmica mensurar o quão violento foi e ainda é a vivência do não lugar da população negra. O lugar de mulher é não lugar, ela ocupa ou, se converte em força de trabalho e propriedade dos senhores, ou seja, ela ocupa somente o que cabia aos corpos pretos, o lugar de ferramenta de manutenção da violência do seu próprio povo, pois como aponta Davis (1981)

a capacidade reprodutiva das mulheres era muito valorizada com a mesma lógica da criação de gado. A partir daí, a ideia e representação, colonial, racista e misógena moderna da mulher negra foi construída. Um corpo que gera, corpos tão ou menos importantes quanto os animais que puxavam as carroças. Como herança escravocrata, vemos a manutenção desses mesmos papéis nos dias atuais, refletindo as estruturas opressoras. (1981, p.19)

A partir do pensamento que Lelia Gonzales (2018) sobre a atual imagem colonialista, sexista e racista que se perpetua sobre a mulher negra, como objeto sexual, podemos concluir que tudo se resume ao consumo e descarte, como bem define Priscila Lira (2019), ao formular a síntese do imaginário social: a preta pra trabalhar, a mulata pra fornicar e a branca pra casar

O serviço Social, em sua atuação, ganha materialidade na realidade, que está indissociavelmente ligada a questão social em suas expressões, atendendo suas diversas demandas. Tem como base o materialismo histórico dialético, de Marx, tendo preceito na realidade, considerando os processos históricos, e a mudanças que a acarretam, entendo assim o ser, como ser social, onde o material é concretamente posto ao indivíduo.

E é na contradição entre o modo de produção capitalista e a reprodução das expressões da questão social que se insere o trabalho da (o) Assistente Social, lutando cotidianamente a favor do povo. Iamamoto (2006), descreve a desigualdade como rebeldia e aponta que é na tensão entre a produção da desigualdade, da rebeldia e resistência que trabalham as (os) assistente sociais, por esse motivo é de extrema importância que as várias expressões da desigualdade na atualidade, com sua produção e reprodução de forma ampliada.

E para além da prática profissional é de extrema importância que a academia traga na sua produção e disseminação do conhecimento, a luta contra o apagamento, silenciamento e exclusão de vozes negras, entre elas as vozes dentro da academia. Esta deve ser também a luta diária da categoria profissional. Só se combate o que tem voz.

Questiono então a teoria e a prática do Serviço Social, especialmente do Serviço Social realizado em uma linha de atuação de transformação social, cuja prática se dá em meio a relações sociais geradas por uma estrutura econômico-política comprovadamente racista. Assim, não se justificam a omissão e a neutralidade profissional diante da questão étnico-racial. Uma vez que o racismo e o preconceito fazem parte das relações de dominação e exploração, é o assistente social - que tem como principal função trabalhar as relações sociais através de uma ação educativa, visando à consciência e à participação - um profissional indispensável para eliminação das situações de discriminação em que vivemos (PINTO, 2010, p. 28).

Para Almeida (2018),

em um mundo em que raça define a vida e a morte, não tomá-la como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e a resolução das grandes mazelas do mundo (ALMEIDA, 2018, p.44).

Marcia Eurico (2018) contribui com a discussão propondo uma reflexão sobre o papel de toda a categoria na luta antirracista, na produção teórica sobre o tema e no enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional. Mas, ela também se pergunta: Seria esta tarefa, fardo exclusivo das assistentes sociais, militantes e negras?

É evidente que, como resposta a uma construção social pautada na supremacia e eugenia branca, as mulheres negras foram direta e violentamente atingidas. É evidente também que as desigualdades sociais advindas da exploração do trabalho, entendidas como questão social, e suas expressões, são processos estabelecidos anteriormente ao debate no Serviço Social, assim como também a construção do Serviço Social enquanto profissão. Cabe aos profissionais atuais, enquanto atuantes ou pesquisadores, levantarem esse debate e, dirigir o olhar e assumir a luta,

aprofundando o debate sobre a questão étnico-racial a partir de uma perspectiva fundante e transversal. O presente trabalho, propõe-se a discutir tal perspectiva dando voz as mulheres negras para entender, quais suas vivências na sociabilidade atual, e se é possível apreender o racismo estrutural a partir dessas vivências.

Assim, para reconstruir uma nova forma de conceber a questão social, necessita-se romper com a explicação unilateral da classe, não subjugando outras categorias e sistemas de poder e opressão a esta primeira. Além de levar em conta toda formação social, histórica, cultural da nação brasileira, que tem a questão racial e o racismo como dimensão fundante de toda sua estrutura, não podendo esse último ser avaliado apenas como mera expressão da questão social (Barbosa; Araujo; Sousa, pg.193, 2019).

Analisando as edições xyz dos anos abc, não foi possível indentificar a há a visibilidade dos atravessamentos da mulher negra nas publicações aqui citadas. Também se observa que a temática racial não está bem difundida, assim como não é compreendida como questão fundante das expressões da questão social. A interseccionalidade se distancia das produções analisadas e é somente em artigos de temática racial que podemos observar algum traço de tal conceito. A visão de totalidade se perde, se o olhar para a população negra não é alcançado. A “interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas”. (CRENSHAW, 2004, p.16). Como bem coloca Collins (2016), os conceitos de “raça e gênero podem ser até analiticamente distintos, mas nahhn vida cotidiana das mulheres negras eles operam conjuntamente”.

A reflexão sobre o racismo é essencial para compreensão da classe trabalhadora, pois ela tem gênero, tem cor, tem sexualidades e, como parte da sociedade, o racismo também está presente.

Diante disto, é preciso que a categoria das/os Assistentes Sociais, bem como toda a classe trabalhadora, assuma a luta contra o racismo; por força da própria realidade social e da forma que ela se constitui no capitalismo. E é importante retomar que, as expressões da questão social, agravadas com a questão da Covid-19, escancaram as vísceras de um processo que a classe trabalhadora, em especial, a população negra, é a que mais sofre. E que por força do racismo, se coloca enquanto

uma classe trabalhadora em condições mais precárias de vida, de trabalho, pela própria superexploração do trabalho. E pensando no Serviço Social em tempos adversos, de pandemia e a partir do próprio desenvolvimento da crise do capital e do neoliberalismo ocasionando assim um cenário propício para aprofundar a crise. A pandemia encontra esse cenário de um processo histórico de violência, por parte do Estado, que realiza ações efetivas. Quanto às políticas sociais e as políticas públicas, desse suposto Estado de direito - dentro do mito da democracia racial, - na verdade, nunca chegou para população negra. A proliferação da doença e a letalidade da doença acomete a população negra, que já é uma população pauperizada, em condições precárias de trabalho. Desde quando, o Estado, traz no seu bojo, um conjunto de cortes de direitos sociais, um conjunto de processos violentos, as minorias, têm sofrido ataques ao mundo do trabalho, a educação, a política de assistência social e que no Serviço Social isso vai incidir diretamente na nossa atuação profissional. Daí a importância de enfrentar o racismo que para nossa profissão.

É necessário caminhar rumo à uma formação anti-racista, que permita avançar na construção desse perfil profissional. É notório a responsabilidade e o compromisso que a profissão do Serviço Social vem assumindo e se colocando; o enfrentamento do racismo é uma responsabilidade coletiva, que está posto na realidade de forma material, cabe a todos, enquanto seres coletivos, lutarmos para que as sequelas deixadas por ele (racismo) e pela escravidão, ao longo dos anos, sejam erradicadas e que em um futuro, não muito distante, possamos alcançar a superação das raças. Sabemos que é uma tarefa muito difícil em uma sociedade capitalista, contudo é necessário inserir, como totalidade a luta contra todas as opressões, entre elas a luta contra o racismo, contra o patriarcado, contra a Lgfbia, entre tantas. Ou seja, não há como fazer a análise de maneira separada, estanque de cada uma das particularidades na intersecção, raça, classe, gênero.

REFERÊNCIAS

(Gomes Da Silva, ESCRAVIDÃO, ESCRAVIZADAS E a FAMÍLIA ESCRAVA: MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA)

---. Questão Social: Objeto Do Serviço Social? 1st ed., vol. 2, Serv. Soc. Rev. Londrina, Dec. 1999.

“CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.” [Www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br), 2 Aug. 2018, www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491. Accessed 21 Nov. 2022.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade, XVII (50): 143-71. São Paulo, Cortez, abr. 1996

Akotirene, Carla. Interseccionalidade. Pólen, 2019.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1.

ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018, 204 pp.

Alves, Dina. “Mulheres Negras: As Mais Vigiadas, Punidas E Mal Pagas.” Sesc São Paulo, 29 Jan. 2021, www.sescsp.org.br/mulheres-negras-as-mais-vigiadas-punidas-e-mal-pagas-2/. Accessed 21 Nov. 2022.

ANDRE, Maria da Consolação. O ser negro: um estudo sobre a construção da subjetividade em afro-descendentes. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de Brasília, 2007.

ANDREWS, George R. Negros e brancos em São Paulo(1888-1988). Bauru: Edusc,1951.

BLACKBURN, Robin. The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848. Londres: Verso, 1988 (trad. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002).

Brabosa, Gabriel. SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: APONTAMENTOS CRÍTICOS DA DECOLONIALIDADE. X Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra “Nossos passos vêm de longe”: trajetórias, lutas e resistências negras, 28 Sept. 2019.

Carloto, Cassia, and Silvana Mariano. No Meio Do Caminho Entre O No Meio Do Caminho Entre O Privado E O Público: Um Debate Privado E O Público: Um Debate Sobre O Papel Das Mulheres Na Sobre O Papel Das Mulheres Na Política de Assistência Social Política de Assistência Social Política de Assistência Social. Estudos Feministas, Aug. 2010.

Carloto, Cassia, and Silvana Mariano. No Meio Do Caminho Entre O No Meio Do Caminho Entre O Privado E O Público: Um Debate Privado E O Público: Um Debate Sobre O Papel Das Mulheres Na Sobre O Papel Das Mulheres Na Política de

Assistência Social Política de Assistência Social Política de Assistência Social. Estudos Feministas, Aug. 2010.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 2005.

Costa, Renato. “Escravidão Mudou Hábitos Alimentares Dos Tubarões, Afirma Laurentino Gomes.” Divers for Sharks, 25 Nov. 2019, diversforsharks.com.br/pt/curiosidades-pt/escravidao-mudou-habitos-alimentares-dos-tubaroes-afirma-laurentino-gomes/. Accessed 25 Mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

Cristina, Isabel, and Martins Guillen. Ancestralidade E Oralidade Nos Movimentos Negros de Pernambuco. Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 26 July 2013.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

Damasceno, Wagner Miquéias Felix, 1982- D18r DamRacismo, escravidão e capitalismo no Brasil : uma abordagem marxista / Wagner Miquéias Felix Damasceno. - Campinas, SP : [s.n.], 2020

Davis, Angela. Mulheres, Raça E Classe. Boitempo Editorial, 22 Sept. 2016.

De, Bergman, and Paula Pereira. De Escravas a Empregadas Domésticas -A Dimensão Social E O “Lugar” Das Mulheres Negras No Pós-Abolição. 25 Mar. 2011.

DEL PRIORE, Mary. Histórias e conversas de mulher. - 1. Ed. - São Paulo: Planeta, 2013.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

Doutora em História Social pela USP, Professora do Departamento de História, IFCH – UNICAMP. Principais publicações: Campos da Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, 389 p. e organizadora de Ordenações Filipinas, livro V. S. Paulo, Companhia das Letras, 1999.

Eurico, Marcia. QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: Uma Reflexão Sobre O Racismo Institucional E O Trabalho Do Assistente Social. 2011.

EVARISTO, Conceição. “A escrevivência serve também para as pessoas pensarem”. Entrevista concedida a Tayrine Santana e Alecsandra Zapparoli, 2020. Disponível em: 159 <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-paraas-pessoas-pensarem/>. Acesso em 6 de maio de 2021.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus 1965.

Ferreira, Sarah. Mulheres Escravas, Identidades Africanas. 10 Mar. 2013, www.desafio.ufba.br/gt3-006.html.

FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (orgs). A história da educação dos negros no Brasil. Niterói: EdUFF, 2016, p. 23-50.

FONSECA, Selva Guimarães. Abordagens historiográficas recorrentes no ensino fundamental e médio. In: Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papyrus, 2008, p. 39-48.

Freitas, Marília. O MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO PARA a PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Rev. Simbio-Logias, V. 12, Nr. 17, 2020.

GIACOMINI S, Maria. Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Local: Vozes, 1980.

GIACOMINI, Sônia Maria. Mulher e Escrava - Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIL, Carlos, A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

Gomes Da Silva, Kathiusy. ESCRAVIDÃO, ESCRAVIZADAS E a FAMÍLIA ESCRAVA: MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA. 8 Oct. 2018.

Gomes, Daiane. MULHERES NEGRAS, RACISMO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIAS. ENPESS: Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades. Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades., 7 Dec. 2018.

GOMES, Flávio dos Santos et al. Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

GOMES, L.; DA, A. Escravidão. Rio De Janeiro, Rj: Globo Livros, 2019.

Gomes, Luís. “Katiúscia Ribeiro: O Apagamento Do Conhecimento Africano é O Alicerce Do Racismo, Veio Antes Da Bala E Das Correntes.” Sul21, 21 Nov. 2020, sul21.com.br/noticias/entrevistas/2020/11/katiuscia-ribeiro-o-apagamento-do-conhecimento-africano-e-o-alicerce-do-racismo-veio-antes-da-bala-e-das-correntes/. Accessed 17 May 2022.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículos sem fronteiras, v. 12, n. 01, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>

<https://blog.mettzer.com/pesquisa-basica>

<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/05/12/familia-que-manteve-madalena-gordiano-em-situacao-analoga-a-escravidao-e-denunciada-pelo-mpf-em-patos-de-minas.ghtml>

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>

<https://www.academicapesquisa.com.br/posts/Pesquisa-xplorat%C3%B3ria%2C-descritiva-ou-explicativa>

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/os-numeros-a-violencia-e-a-complexidade-da-escravidao-me-surpreendem/>

<https://www.conexaolusofona.org/bonecas-abayomi-por-que-a-origem-romantizada-dura>

<https://www.geledes.org.br/por-que-usamos-o-conceito-de-genero/>

<https://www.geledes.org.br/tia-jemina-mammy-reconhecendo-estereotipos-racistas-internacionais-parte-v/>

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KÜHN, Fábio. Breve histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Lima, Nathalia Diorgenes Ferreira. "Preto é O Lugar Onde Eu Moro: O Racismo Patriarcal Brasileiro." Revista Katálysis, vol. 25, no. 2, 2022, pp. 242-251, www.redalyc.org/journal/1796/179670845008/html/. Accessed 21 Nov. 2022.

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Machado, Ednéia. "Questão Social." [Www.uel.br](http://www.uel.br), 2011, www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_quest.htm.

Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil: Julio Jacobo Waiselfisz

Maria, Ana, et al. O Pós-Abolição Como Problema Histórico: Balanços E Perspectivas. 2004.

MARX, Karl. A revolta do exército indiano. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Sobre o Colonialismo vol. 01. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MARX, Karl. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política (Livro 1, Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo. Brasil: Brasiliense, 1982. 267 p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Mello, Erica. Estudos de Gênero No Âmbito Das Ciências Sociais: Material de Apoio Para O Professor de Sociologia Do Ensino Médio. 10 June 2010.

Mintz, Sidney W, and Richard M Price. O Nascimento Da Cultura Afro-Americana : Uma Perspectiva Antropológica. Rio De Janeiro, Pallas, 2003.

Mota, Ana. "Aprovado Em 12." 2012. R. Katál, vol. 10, 2013, pp. 17-27, www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt.

MOURA, Clóvis. A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita. Pedro de Oliveira; Bernardo Joffily. Revista Princípios, São Paulo - SP, N. 37, maio, junho, julho, 1995, p. 51- 57

Mynayo, Maria. Pesquisa Social. Teoria, Método E Criatividade. Petrópolis: Vozes, 18 ed, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. O negro revoltado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

Negra, Geledés Instituto da Mulher. "Anúncios de Escravos: Os Classificados Da Época." Geledés, 12 May 2015, www.geledes.org.br/anuncios-de-escravos-os-classificados-da-epoca/. Accessed 15 Aug. 2021.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Fátima. RIBEIRO, Matilde & SILVA, Nilza Iraci. A Mulher negra na Década - a busca de autonomia. Geledés - Instituto da Mulher negra. Caderno Geledés 5, 1995.

Pena, Sérgio. A Inexistência Biológica versus a Existência Social de Raças Humanas: Pode a Ciência Instruir O Etos Social? Edited by Telmas Birchal, n° 68 ed., Revista Usp, Feb. 2006.

Pereira, Bergman. "TRABALHO DOMÉSTICO: UM DEBATE SOBRE a HISTÓRIA MATERIAL de SUA EXISTÊNCIA - PDF Download Grátis." Docplayer.com.br, 20 Sept. 2013, docplayer.com.br/18161069-Trabalho-domestico-um-debate-sobre-a-historia-material-de-sua-existencia.html. Accessed 8 Nov. 2022.

Petri, Katia. "Braços Para a Lavoura": A Subvenção Paulista Para Imigração (1886-1896). 1 June 2010.

Pina, Rute. "Mães Pedem Reparação Psíquica E Econômica Por Filhos Mortos Pela PM de SP." Brasil de Fato, 11 Oct. 2017, www.brasildefato.com.br/2017/10/11/maes-pedem-reparacao-psiquica-e-economica-por-filhos-mortos-pela-pm-de-sp/. Accessed 21 Nov. 2022.

PINTO, Elisabete Aparecida. Sexualidade, gênero e cor em outros tempos. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. (Orgs.). Racismos: olhares plurais. Salvador: EDUFBA, p. 223-252, 2010.

PIRES, M. F. C. Education and the historical and dialectical materialism. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

Pires, Marília. O Materialismo Histórico-Dialético E a Educação *. 1997.

R. Katál. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013

RATTNER, Henrique. Assistencialismo ou inclusão social. Revista Espaço Acadêmico, ano VI, n. 62, jul. 2006.

Rezende, Marcelo. "Àbáyò mi- O Mistério Das Bonecas de Pano de Oya!" Educa Yoruba, 8 Dec. 2021, educayoruba.com/abayomi-o-misterio-das-bonecas-de-pano-de-oya/. Accessed 25 Feb. 2022.

Rios, Ana, and Hebe Mattos. O Pós-Abolição Como Problema Histórico: Balanços E Perspectivas. 2004.

Robinson, R. E., and J. A. Gallagher (with Alice Denny). 1961. Africa and the Victorians. Macmillan, London.

Santos, Adriana. AS RELAÇÕES de TRABALHO NA PÓS-ABOLIÇÃO: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA. 18 June 2012.

Santos, André, and Maurício Reis. Biopoder E Necropolítica: Os Mecanismos Estatais de Controle Sustentados Na Diferença Racial. 5 Oct. 2021.

Santos, Ineildes Calheiro dos, and Eduardo Oliveira. "Experiências Das Mulheres Na Escravidão, Pós-Abolição E Racismo No Feminismo Em Angela Davis." Revista Estudos Feministas, vol. 26, no. 1, 15 Jan. 2018, www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e51328.pdf, 10.1590/1806-9584.2018v26n151328.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, S. M. V. A juventude negra não tem cara pintada. Disponível em: < http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_4910444f91a00.pdf >. Acesso em: 14 de setembro de 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

Sidney W. Mintz & Richard Price - *The birth of African-American Culture*. (1976) Boston, Beacon Press, 1992.

Sidney W. Mintz & Richard Price - *The birth of African-American Culture*. (1976) Boston, Beacon Press, 1992.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves da. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF. Aprovado em 10/03/2004.

SILVA, Vanessa Patrícia Machado. O processo de formação da lei de cotas e o racismo institucional no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de PósGraduação em Sociologia, Universidade Brasília, 2017.

SOUZA, Maria Cristina de. *Mulheres negras, pobreza e racismo*. Belo Horizonte, MG: Editora Letramento, 2022.

W.E.B Du Bois - *Black Reconstruction in America, 1860-1880*. N. York: Atheneum, 1969, p. 727.

W.E.B Du Bois - *Black Reconstruction in America, 1860-1880*. N. York: Atheneum, 1969, p. 727.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Yazbeck, Maria. Os Fundamentos Do Serviço Social E O Enfrentamento Ao Conservadorismo. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v. 20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020 ISSN 1980-8518, July 1980.

Yazbek, Prefácio—Maria Carmelita. "Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo."